

**Metodologia da Pesquisa em
Ciências da Educação I**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luis Inácio Lula da Silva
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Carlos Eduardo Bielschowsky

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Celso Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vitor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel
VICE-DIRETORA: Christine Vargas Lima

EDITORA UNICENTRO
CONSELHO EDITORIAL: Mario Takao Inoue, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos de Bortoli,
Hélio Sochodolak, Ivan de Souza Dutra, Jeanette Beber de Souza, Jorge Luiz Favaro,
Luiz Gilberto Bertotti, Maria José de P. Castanho, Márcio R. Santos Fernandes,
Maria Regiane Trincaus, Mauricio Rigo, Raquel Dorigan de Matos, Rosanna Rita Silva,
Ruth Rieth Leonhardt e Sidnei Osmar Jadoski.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO PEDAGOGIA A
DISTÂNCIA: Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis; Rejane Klein; Sandra
Regina Gardacho Pietrobon;
Michelle Fernandes Lima;
Anízia Costa Zyck



NELSI ANTONIA PABIS

**Metodologia da Pesquisa em
Ciências da Educação I**

COMISSÃO CIENTÍFICA: Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis; Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho Pietrobon; Michelle Fernandes Lima; Anízia Costa Zyck.

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Sandra Regina Gardacho Pietrobon
Loremi Loregian Penka

CAPA
Espencer Avila Gandra

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Elisa Ferreira Roseira Leonardi
Espencer Avila Gandra
Éverly Pegoraro
Leandro Povinelli

EDITORA UNICENTRO
Designer Gráfica Editora Ltda.
200 exemplares

Catálogo na Publicação
Fabiano de Queiroz Jucá – CRB 9 / 1249
Biblioteca Central – UNICENTRO

Pabis, Nelsi Antonia
P112 Metodologia da pesquisa em ciências da educação I. / Nelsi Antonia Pabis.
Guarapuava : Unicentro, 2010.
80 p. - (Coleção Pedagogia: saberes em construção)

1. Metodologia da Pesquisa. I. Título

CDD 001.42

Copyright: © 2010

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.



Sumário

Apresentação	07
Capítulo 1	13
A Universidade: trajetória e sua função social com ênfase na pesquisa	
Capítulo 2	35
O processo de produção de leitura e escrita	
Capítulo 3	45
Pesquisa	
Capítulo 4	63
Elementos para a construção do projeto de pesquisa	
Capítulo 5	79
Referências	



Apresentação

Atualmente a disciplina de Metodologia da Pesquisa, Pesquisa Científica ou Iniciação Científica como é chamada em muitas instituições de ensino superior, faz parte das propostas curriculares dos cursos de graduação de todas as Universidades e Instituições de Ensino Superior do Brasil. Esta obrigatoriedade se deve a um dos objetivos da Universidade, que está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96. Acentua que um dos seus objetivos é a formação de pesquisadores, visando o avanço do conhecimento científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento. É inegável que a sua inclusão emergiu a partir do desenvolvimento científico e tecnológico que estava acontecendo no mundo.

O Curso de Pedagogia da UNICENTRO, Campus de Irati, está organizado em torno de três eixos centrais. São eles: a docência, a gestão e a pesquisa educacional. O terceiro eixo é que justifica a inclusão da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação ao longo

dos quatro anos do curso. No primeiro, segundo e terceiro ano, há a disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I, II e III, respectivamente, e no quarto ano com o nome de Seminário de Pesquisa.

Estas disciplinas têm como objetivo principal formar pesquisadores na área educacional. Entende-se esta formação como importante e necessária, pois a pesquisa possibilitará uma melhor apreensão da realidade, apreensão que supera o que está nos livros didáticos, em que o pesquisador não é mero leitor de informações apresentadas, mas sujeito ativo na produção de um conhecimento, pois a partir dos dados obtidos, analisados, sistematizados e socializados poderá melhor conhecer a real situação educacional, tanto a nível internacional como nacional, e assim ter elementos para interferir na realidade que atua, no sentido desejado. Nós, professores e acadêmicos do Curso de Pedagogia, estaremos prestando relevante contribuição à educação se desenvolvermos pesquisas especialmente na região de abrangência da UNICENTRO, onde muitos dos acadêmicos do curso e egressos atuam, no sentido de melhor conhecer a realidade e propor soluções alternativas para as questões educacionais que estão sendo vivenciadas no cotidiano escolar. Entende-se que o professor, entre os diversos requisitos que deve possuir para desenvolver a ação docente, deve conhecer a realidade em que atua, assim como ter conhecimento sobre a realidade nacional e internacional; no caso da educação deve ter clareza sobre os mecanismos que direcionam a educação do país e este conhecimento deve ser acompanhado de um vasto conhecimento teórico. Estes requisitos são imprescindíveis para se promover a melhoria da qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas onde se atua. Melhoria refere-se a maior apreensão dos conhecimentos que são trabalhados na escola. Aprender quer dizer internalizar e colocar em prática, no momento necessário, o conhecimento adquirido. Além disso, os dados obtidos por intermédio da pesquisa fornecerão os aportes para orientar o ensino na universidade, no sentido de que a formação dos profissionais da educação seja, senão de sanar, ao menos de minimizar os

problemas apresentados com soluções cabíveis, portanto a pesquisa desenvolvida na academia é científica.

No entanto, como diz Pedro Demo (1996), a pesquisa não pode ser mitificada e nem banalizada. Para a realização de uma pesquisa científica são necessários alguns conhecimentos preliminares. A disciplina se propõe a apresentar e discutir esses elementos. Dentre estes elementos está o entendimento sobre o papel da universidade, sobre os diversos tipos de conhecimento com ênfase no conhecimento científico, sobre ciência, sobre o processo de leitura e escrita, os elementos essenciais para a realização de uma pesquisa científica. Estes elementos dizem respeito à identificação do tema que se vai pesquisar, ao local da pesquisa, quem será pesquisado, como será pesquisado e também da análise dos dados que foram coletados na pesquisa, sua sistematização e socialização. Além destes elementos que compõem o projeto de pesquisa estão também as normas científicas, que precisam ser seguidas para a apresentação do projeto de pesquisa, assim como para a elaboração do trabalho monográfico, que é o resultado da pesquisa. As normas de apresentação de trabalhos também são exigidas na produção de outros textos científicos como resenhas, resumos e artigos, portanto elas precisam ser conhecidas e apreendidas. No decorrer dos estudos teóricos, os alunos serão convidados a observar a forma como os textos científicos são escritos, desde a sua estruturação textual, como no que se refere às citações, às referências, à organização. Esta observação se faz necessária para facilitar ao aluno a compreensão deste requisito que perpassa todas as disciplinas. No decorrer do curso, o aluno deverá ir se familiarizando com as normas para ir colocando-as em prática, tanto nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I, II e III e Seminários de Pesquisa, como nas demais disciplinas do curso.

No primeiro e segundo ano, além dos estudos teóricos, será construído projeto preliminar de pesquisa; no terceiro ano será apresentado o projeto definitivo, que resultará no desenvolvimento da pesquisa, no terceiro ano, e posteriormente a elaboração do trabalho

monográfico, que poderá ser iniciado desde o final do terceiro ano e concluído até, no máximo, o final do primeiro semestre do quarto ano. Como já dito, as normas científicas devem estar presentes na elaboração de todo e qualquer trabalho acadêmico.

No que se refere à disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I, ofertada no primeiro ano e que é objeto do nosso estudo, está organizada em quatro unidades. A primeira aborda questões referentes ao papel da Universidade no atual contexto sócio-econômico-político e cultural; discute o conceito de conhecimento científico e outros tipos de conhecimento; o conceito de ciência ao longo da história; o conceito de ciência e conhecimento; o conceito de pesquisa em ciências humanas. A segunda e terceira unidade abordam o processo de leitura e escrita, com ênfase na leitura e escrita de textos científicos; normas para escrita científica; elaboração de fichamentos e resenhas, resumos, artigos. Na quarta unidade temos as etapas do processo de planejamento de pesquisa, que envolvem a identificação de uma temática de estudo e a elaboração de um projeto preliminar de pesquisa.

Uma abordagem inicial sobre a pesquisa

Se fizermos uma observação mais aguçada sobre a realidade que nos cerca, observamos que as pessoas, de modo geral, no seu cotidiano, fazem pesquisa. A dona de casa que faz tomada de preço de produtos como gêneros alimentícios; os que buscam novas formas para desenvolver as suas atividades, no sentido de economizar tempo e produzir mais; os que descobrem que as plantas trazem algum benefício ou malefício para a saúde; os que são curiosos e querem desvendar algo em torno do seu cotidiano fazem ao seu modo, mas fazem pesquisa. As investigações são feitas de forma espontânea, sem nenhuma sistematização e sem critério de cientificidade. Normalmente os dados obtidos e as conclusões a que o pesquisador informal chegou ficam de posse do interessado; não são organizados, nem anotados e nem divulgados, pois foram feitos por

alguém para satisfazer a sua curiosidade ou necessidade, sem o compromisso com a socialização dos dados obtidos, no máximo repassa de maneira informal e descomprometida para algum amigo ou interessado no assunto.

Na Universidade, assim como em instituições responsáveis em desenvolver pesquisa, esta assume outra conotação. É científica, isto é, planejada, organizada e sistematizada; os dados obtidos são analisados e socializados, razão pela qual os futuros profissionais da educação precisam conhecer os princípios, os elementos necessários à sua realização. Os estudos realizados nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação, como é chamada no Curso de Pedagogia da UNICENTRO - Campus de Irati, objetivam fornecer os aportes teóricos e práticos, no sentido de formar o pesquisador educacional. Existem critérios para a elaboração de projeto, elaboração de monografias e outros artigos científicos. Você acadêmico está, desde agora, convidado a observar como os textos estão escritos. Estes que estão sendo apresentados na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I, como nas outras disciplinas do curso que você está realizando, não se constituem em textos científicos, mas estão elaborados seguindo certas normas científicas, em que são feitas referências a autores por meio de citações e paráfrases. As citações são transcrições fiéis e devem vir entre aspas, acompanhadas do nome do autor, e entre parênteses o ano da publicação e a página de onde foi retirada a citação. Na paráfrase acontece a apropriação das ideias do autor, mas estas são apresentadas numa construção própria por parte de quem delas se apropria. Neste caso, é citado o nome do autor e o ano em que a obra foi escrita sem citar a página. Tanto a citação como a paráfrase devem compor as referências, item que diz respeito à relação de todos os autores e obras que foram utilizados no texto e que aparecem no final do trabalho. Fazer referências também segue normas. Estas serão tratadas no final do texto sobre a elaboração do projeto de pesquisa. Um dos critérios é que devem ser colocados em ordem alfabética, iniciando pelo sobrenome do autor,

seguido do nome, título da obra, número da edição, local de publicação, editora e data. Portanto, ao fazer as leituras em qualquer disciplina, observe estes aspectos, pois você está sendo preparado para escrever textos científicos e portanto precisa se apropriar destes elementos para produzir os seus textos, principalmente os científicos. Um deles será a monografia.

O curso terá a disciplina nos quatro anos. Muito se tem a discutir, acrescentar e retomar. Em termos de orientação prática, a culminância destes estudos acontece com a construção da monografia, que será apresentada no quarto ano. Só a título de antecipação das informações e para sanar dúvidas que possam estar surgindo, a monografia é antecedida de duas outras fases: a construção do projeto de pesquisa e, se for uma pesquisa de campo, a coleta de dados. Convém entender que construção de projeto e coleta de dados não podem prescindir de uma sólida fundamentação teórica para ser construídos, para que a pesquisa expresse com fidedignidade a realidade estudada.



Capítulo 1

A Universidade: trajetória e sua função social com ênfase na pesquisa

O estudo da disciplina inicia por uma apresentação e reflexão a respeito do papel da universidade no atual contexto. Falar sobre a Universidade na atualidade tem como objetivo colaborar no sentido de se melhor compreender a razão da disciplina de Metodologia da Pesquisa, ou Iniciação Científica, como já dito na apresentação, fazer parte dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior do Brasil.

Entender o momento que se está vivenciando nas Universidades, requer que se conheça um pouco a respeito da sua história e em que contexto foi introduzida a iniciação científica nos currículos dos cursos das universidades.

Retomando a trajetória histórica, segundo Reis Filho (1978, p.196), na Antiguidade Clássica surgiram na Grécia as primeiras escolas de Medicina, Filosofia e Retórica e mais tarde as de Direito, em Roma. Eram escolas de alto nível que formavam especialistas nestas áreas.

Neste período, os mestres realizavam o ensino reunindo os seus discípulos e lhes transmitindo os seus conhecimentos. O mestre era o transmissor zeloso de todo o conhecimento acumulado. De acordo com Luckesi (1985, p.30), “aos discípulos cabia aprender do mestre, espelho e modelo de aperfeiçoamento.” O mestre era considerado “o cabeça da escola” e os discípulos giravam em torno dele.

Entretanto, entre o século V d.C. e o século X aconteceram as invasões bárbaras que interromperam este processo considerado de nível de ensino superior. A partir do século XI, de acordo com Reis Filho (1978, p.196), “a Igreja Cristã Medieval, ao fundamentar a sua ação religiosa e política, numa teoria do homem que transcendia sua simples especificação terrena, unificou o ensino superior em um só órgão - a Universidade.” O termo universidade vem de universo, referindo-se ao conhecimento universal, razão pela qual a UNIVERSIDADE oferecia e continua oferecendo cursos nas mais diversas áreas do conhecimento. Ainda hoje, o que caracteriza uma UNIVERSIDADE é a pluralidade de cursos que ela oferece.

A Universidade Medieval, por intermédio da transmissão de todo saber disponível na época, coordenava a formação do corpo clerical dirigente. Colocava na base da estrutura universitária a Faculdade de Artes, responsável pela preparação inicial dos que se destinavam às especialidades de Direito Canônico, Teologia e Medicina. Assim, garantia a unidade do conhecimento básico para todas as especialidades, como também fornecia uma formação inicial e unitária dos futuros especialistas

A partir do Renascimento, a rebelião burguesa contra a ordem medieval abriu duas vertentes de diversificação, que ocasionaram mudanças significativas no conceito de Universidade. Segundo Reis Filho (1978, p.196), “de um lado a montante crescente do individualismo e, de outro, o desenvolvimento da ciência moderna, nos últimos quatrocentos anos, levaram a uma extraordinária diversificação do conhecimento humano e a uma extensa fragmentação nos órgãos de elaboração, transmissão e difusão do saber.”

No século XVIII a Suma Teológica passou a ser questionada e foi substituída pelos Enciclopedistas. O século seguinte, isto é, o século XIX transformou a Universidade Medieval em Universidade Napoleônica, com a perda progressiva do sentido unitário da alta cultura e a crescente aquisição do caráter profissional, na linha do espírito positivista, pragmático e utilitarista do Iluminismo. Assim, a Universidade Napoleônica, além de surgir em função de necessidades profissionais, estruturou-se fragmentada em escolas superiores, cada uma em função dos seus objetivos particulares.

Paralelo às universidades napoleônicas, isto é, àquelas que se voltavam às questões profissionais e práticas, em consequência das transformações impostas pela industrialização surge uma outra universidade, aquela voltada para a pesquisa científica. Neste processo, segundo Luckesi (1985), há como que um despertar da letargia intelectual da época e a Universidade tenta retomar a liderança do pensamento, para tornar-se o centro de pesquisa. Segundo este autor, o marco dessa transformação ocorre em 1810, quando da criação da Universidade de Berlim (Alemanha), por Humboldt. A Universidade Moderna, enquanto centro de pesquisa, é, portanto, uma criação alemã, preocupando-se em preparar o homem para descobrir, formular e ensinar a ciência, levando em conta as transformações da época.

Em 1851, o Cardeal Newman, fundador da Universidade de Dublin, na Irlanda, almeja uma universidade que se constitua no lugar do ensino do saber universal. O pensamento de Newman expressa a aspiração por uma universidade que seja centro de criação e difusão do saber, da cultura.

A construção da universidade europeia demonstra um esforço na busca pela livre autonomia universitária, como condição indispensável para questionar, investigar e propor soluções de problemas levantados pela atividade humana. À sociedade como um todo cabia suscitar e manter um clima de liberdade, como garantia de uma ação racional de crítica, de

autonomia cultural da nação, condições necessárias a um povo que buscava sua identidade e autodeterminação social e política.

Quanto ao Brasil, os interessados e que detinham condições para os estudos superiores os realizavam na Europa, principalmente em Portugal, na Universidade de Coimbra. Segundo Luckesi (1985), há notícias de 2.500 brasileiros diplomados até 1808. A maioria eram religiosos, considerando o caráter da universidade da época, com suas aulas voltadas para a formação dos teólogos e do direito canônico.

A criação do ensino superior, no Brasil, somente acontece com a vinda de D. João VI ao Brasil. São as aulas régias, os cursos, as academias, criadas em resposta às necessidades militares da Colônia, geradas em decorrência da instalação da Corte no Rio de Janeiro.

Em 1808 surge a Faculdade de Medicina da Bahia, resultado da evolução dos cursos de anatomia, cirurgia e medicina; em 1854, resultante dos cursos jurídicos, surgem as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. Em 1874 acontece a separação dos cursos civis dos militares, com a criação da Escola Militar e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em seguida, em Ouro Preto - Minas Gerais - é inaugurada a Escola de Engenharia. Segundo Reis (1978), donde foram retirados os dados acima, por volta de 1900 estava consolidado o ensino superior no Brasil em forma de Faculdade ou Escola Superior.

A partir de 1930 acontece uma reestruturação do ensino superior no Brasil. Criaram-se as Universidades que consistiam no agrupamento de três ou mais Faculdades. Com base nessa organização que são criadas, em 1930, as Universidade de Minas Gerais e de São Paulo. Segundo Luckesi (1985), já em 1934 havia nas universidades a preocupação de superar o simples agrupamento de faculdades.

Em 1935, o professor Anísio Teixeira pensa para o Brasil uma Universidade que seja o centro de debate livre das ideias. Em 1937, com a implantação do Estado Novo, a aspiração de Anísio Teixeira não se concretiza. Os regimes autoritários não possibilitam um verdadeiro debate livre das ideias e a universidade, no sentido exato do termo, não se concretiza.

Até aproximadamente 1960, no Brasil continuava-se com o agrupamento de escolas e faculdades.

Neste período renasce a ideia de Anísio Teixeira, agora com um de seus discípulos: Darci Ribeiro que elabora o projeto e sensibiliza o poder público para a criação da Universidade de Brasília. Esta Universidade nasceu a partir de uma reflexão nacional sobre os problemas nacionais. Era criada uma nova universidade numa cidade nova - Brasília - em circunstâncias totalmente novas.

Com a revolução, em 1964, segundo Luckesi (1985, p.35), forças contrárias à renovação das ideias impedem o desenvolvimento da recém implantada universidade. Continua a desempenhar a função de absorção, aplicação e disseminação do saber acumulado pela humanidade, principalmente nos principais centros de atividade intelectual. Isso não vai além do repasse dos conhecimentos, fruto das investigações feitas sobre questões postas em outras realidades e não daquelas provenientes do meio onde a universidade está inserida.

Na perspectiva de participar e interferir, a Universidade é chamada a abandonar o seu papel tradicional de receptora e transmissora de conhecimento, e de uma cultura técnico-científica oriunda de outros países, com o título de desinteressada, para assumir o compromisso com os interesses nacionais, essencialmente do meio onde está inserida.

Ainda para este autor, no Brasil, mais do que nos outros países latino-americanos colonizados pelos espanhóis, o processo de transplante cultural, sempre ligado aos interesses do colonizador, condicionou as funções das universidades existentes. Sempre foram importadas técnicas e recursos culturais. Anísio Teixeira, citado por Luckesi (1985, p.35), assim se expressou:

A universidade brasileira, além de preparar profissionais para as carreiras liberais e técnicas que exigem uma formação de nível superior, o que tem havido é uma preocupação muito fluída com a iniciação de estudantes na vida intelectual. Daí poder-se afirmar que, ressaltando o aspecto habilitação

profissional, a universidade brasileira não logrou constituir-se verdadeiramente como uma instituição de pesquisa e transmissora de uma cultura comum nacional, nem logrou se tornar um centro de consciência crítica e de pensamento criador.

Segundo Luckesi (1985, p.35), Darci Ribeiro constata que a Universidade tem limitado-se a ser um órgão de repetição e difusão do saber elaborado em outras realidades e que muito pouco tem contribuído para uma integração nacional, integração essa que acontece como resultado da análise crítica da realidade.

A lei 5540/68, elaborada no período desenvolvimentista, fixa normas para organização e funcionamento do Ensino Superior. No Cap. I, do Ensino Superior, em seu artigo 1º menciona que “o ensino superior tem por objetivo, a **pesquisa**, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior”. No artigo 11, que trata da organização, cita no item “c- unidade de funções de ensino e **pesquisa**, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, sancionada em 20 de dezembro de 1996, que teve relevante contribuição de Darci Ribeiro na sua elaboração, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu Capítulo IV, dos artigos 43 a 57 trata do ensino superior. Entre os vários aspectos relevantes, como a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, para atuarem em diferentes setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, enfatiza a formação do pesquisador, ao se referir no artigo 43 que a universidade deve estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito **científico** e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho **de pesquisa e investigação científica**, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; estimular o **conhecimento dos problemas do mundo presente**, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços

especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da **pesquisa científica e tecnológica** geradas na instituição; no artigo 52: as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, **de pesquisa**, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano que se caracteriza por: I – produção intelectual, institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. No artigo 53, no exercício de sua autonomia, são assegurados às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: inciso III: estabelecer planos, programas e **projetos de pesquisa científica**, produção artística e atividade de extensão; no parágrafo único, para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus **colegiados de ensino e pesquisa** decidir, dentro dos recursos orçamentários, sobre: IV – **programação das pesquisas** e das atividades de extensão.

Observa-se que a última legislação atribuiu um espaço mais significativo à pesquisa em relação a anterior. Embora na maioria das universidades a pesquisa ainda seja incipiente e que nem todos os projetos sejam relevantes, existe um grande esforço por parte dos gestores e professores das universidades no sentido de tornar a pesquisa científica uma atividade cotidiana e com relevância social. Sem desconsiderar outras menções na lei sobre a pesquisa, as citações acima foram retiradas do capítulo específico sobre a educação superior. Convém destacar que a lei faz referência em vários momentos a respeito do tema, razão pela qual se justifica a inclusão da disciplina nos quatro anos do curso de Pedagogia da UNICENTRO, Campus de Irati.

Diante do texto da lei e mais do que isso das necessidades sociais que sempre demandam novos conhecimentos, faz-se necessário que se estabeleça na Universidade, tanto para professores quanto para alunos, uma sólida política de pesquisa e que seja o fio condutor do processo de

ensino-aprendizagem da educação infantil até a universidade. A pesquisa tem na escrita o seu requisito principal, daí também a sua importância.

Com muita clareza, Marques (2000, p132) coloca que:

numa sociedade posta hoje pelo primado de saberes que de contínuo se superam e reconstróem não é mais possível pensar o ensino como mero repasse de conhecimentos depositados numa tradição cultural. Não se trata de abandonar o ensino em favor da pesquisa, nem de priorizá-la em si mesma, ou de banalizá-la como denunciam autores.

Complementa a ideia apoiando-se em ideias de Jorge Nagle onde se destaca que é preciso pensar de forma sistemática e produtiva, articulando ensino e pesquisa ao invés de pensá-las como se fossem por natureza indissociáveis. Contribui significativamente para as reflexões quando destaca que esta associação ainda tem de ser construída e cabe à Universidade a realização desta tarefa, isto é desta construção.

Esta tarefa deve continuar fora da Universidade, no exercício cotidiano de cada profissional e para nós essencialmente na área educacional. Acredita-se que o acadêmico, que no decorrer do curso de graduação conseguir desenvolver o seu tema, será depois capaz de pesquisar outros temas e comunicar a seus pares e demais interessados o resultado do que pesquisou.

Mister se faz uma preparação bem aguçada, no sentido de que os profissionais da educação que atuam com o Ensino Fundamental e Médio deixem de ser meros sujeitos de pesquisa, por parte dos professores universitários e acadêmicos, e se tornem ativos neste processo, que nunca se conclui, mas a cada dia se dá passos novos.

Questões para reflexão:

Para você, ficou claro como surgiram as Universidades e como foi a sua evolução até os dias atuais?

No seu entendimento, quais são os objetivos da Universidade atualmente ?

Quais as razões para a disciplina de Metodologia da pesquisa estar presente em todas as séries do Curso de Pedagogia?

No seu entendimento, a Universidade deve formar o pesquisador? Quais as razões?

Conhecimento: conceitos e tipos

O segundo tema a ser estudado diz respeito ao conhecimento. A razão de se estudar este tema se deve ao fato de que o objeto principal da pesquisa é o conhecimento, principalmente da realidade na qual se está inserido, assim como a produção e disseminação do conhecimento sobre a realidade estudada em forma de conhecimento científico. Como visto no estudo anterior, recai sobre a Universidade a atribuição de produção e socialização do conhecimento científico, assim como preparação de profissionais para serem pesquisadores e produzirem cientificamente.

No entanto, não se pode deixar de compreender que o conhecimento científico não é o único. Existem, além deste, vários tipos de conhecimento como o popular, o filosófico, o religioso. Há várias razões para que eles sejam por nós adquiridos. As razões estão nas questões ligadas à nossa vida cotidiana e envolvem desde as questões familiares e domésticas, as profissionais, as vinculada às questões de religião, de comportamento, de afetividade.

Parafraçando Luckesi (1985, p.47), o conhecimento é um mecanismo básico para tornar a vida moderna mais satisfatória e mais plenamente realizada. Por isso, deve ser entendido ao mesmo tempo como uma forma teórico-prática de compreensão da realidade na qual estamos inseridos, independente do tipo de conhecimento. Neste estudo, nos proporemos a definir os vários tipos de conhecimento presentes na literatura. O objetivo principal é estabelecer a diferença entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento.

A este respeito, Lakatos e Marconi (1986) fazem um relato mostrando que desde a antiguidade, até os nossos dias, por exemplo, um

camponês desprovido de escolarização sabe o momento certo da sementeira, a época da colheita, a necessidade de adubação, conhece os mecanismos a serem utilizados na defesa das plantas contra ataques de pragas, conhece o tipo de solo apropriado para cada tipo de planta. Sabe, também, que o cultivo de uma mesma espécie em um mesmo local leva à exaustão do solo e que este precisa repousar. Relata que na segunda metade do século XVII foi introduzida a cultura do nabo e do trevo. Foi observado que seu plantio evitava o desperdício de se deixar a terra em repouso, o seu cultivo revitalizava o solo, permitindo utilização constante. Atualmente, na agricultura, utiliza-se de sementes selecionadas, de adubos químicos, de defensivos contra as pragas e até se faz o controle biológico dos insetos daninhos para uma maior produtividade.

Neste exemplo, aparecem dois tipos de conhecimento: o vulgar ou popular, adquirido no dia a dia, transmitido de geração para geração, por intermédio da educação informal, baseado na imitação e experiência pessoal; é empírico, desprovido de conhecimento específico sobre composição do solo ou de como as plantas se desenvolvem. O segundo é um conhecimento científico, obtido de modo racional, por procedimentos científicos, por meio de treinamento e/ou observação apropriada. Objetiva explicar o “por quê” e “como” os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos.

Portanto, o que diferencia o conhecimento popular do científico é a forma, o modo do conhecer e não o conhecimento em si, isto é, o seu conteúdo. Outros exemplos poderiam ser citados. O homem simples sabe que existem as diversas fases da lua, mas não tem condições de explicar as razões de suas mudanças, pois só possui o conhecimento popular. Já os possuidores do conhecimento científico terão condições de explicar esse fenômeno. O mesmo se dá com a água. Para o homem comum é uma substância que serve para amenizar a sede dos seres humanos e animais, para regar as plantas, para a higiene pessoal etc., já o cientista ou o homem provido de conhecimento científico reconhece e admite todas estas utilidades da água, mas a vê como H₂O, que são as abreviaturas da sua

composição; portanto ele vai além, sabe dizer o que a água contém. Essa diferença ocorre também em relação aos conhecimentos filosófico e religioso.

Os autores acima citados, apoiando-se em Trujillo (1974), apresentam as características do conhecimento popular, filosófico, religioso e científico.

Caracterizam o conhecimento popular como valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível, inexato. Valorativo porque ele se fundamenta com base em estados de ânimo e emoções, e os valores do sujeito impregnam o objeto conhecido. Ele é também reflexivo, mas tendo familiaridade com o objeto, não pode ser reduzido a uma formulação geral. É assistemático porque baseia-se na organização particular das experiências próprias do sujeito cognoscente, e não numa sistematização das ideias na procura de uma formulação genérica que explique os fenômenos observados. É verificável visto que este faz parte da vida cotidiana e, portanto, pode ser percebido diariamente. É falível e inexato, pois se satisfaz com a aparência e com o que se ouviu falar a respeito do objeto.

O conhecimento filosófico é valorativo, racional, sistemático, não verificável, infalível, exato. É considerado valorativo porque parte de hipóteses que não são submetidas à observação, emerge da experiência e não da experimentação, razão pela qual não é verificável, já que suas hipóteses, ao contrário do que acontece na ciência, não podem ser confirmadas e nem descartadas. Racional porque consiste em enunciados correlacionados dentro de uma certa lógica. Sistemático pois seus enunciados visam a uma representação coerente da realidade, na tentativa de apreendê-la em sua totalidade. Infalível e exato porque, quer na busca da realidade, quer na definição dos instrumentos que possibilitam a apreensão da realidade, suas afirmações não são submetidas ao teste da experimentação.

O conhecimento religioso, também chamado de teológico, é valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível, exato. Valorativo porque apoia-se em doutrinas sagradas; inspiracional por ter sido revelado pelo sobrenatural e é essa a razão pelas quais tais verdades são consideradas infalíveis e indiscutíveis, isto é, exatas. É um

conhecimento sistemático do mundo sobre sua origem, significado, finalidade e destino que é entendida como obra de uma criatura divina. É uma atitude de fé diante de um conhecimento revelado, portanto suas evidências não são verificadas.

O conhecimento científico é real, contingente, sistemático, verificável, falível, aproximadamente exato. Real porque lida com os fatos e segundo Trujillo, (1974) citado por Lakatos e Marconi (1986), trabalha com toda a forma de existência que se manifesta de alguma maneira. É contingente porque suas proposições ou hipóteses têm sua verdade ou falsidade identificadas por meio da experimentação e não apenas pela razão. Sistemático porque trata de um saber ordenado, formando um sistema de ideias que se constituem numa teoria e, portanto, não são desordenadas e desconexas. Verificabilidade pois as afirmações (hipóteses), que não conseguem ser comprovadas, não pertencem à ciência. Caracteriza-se como falível, pois nenhum conhecimento é considerado definitivo, é plausível de ser modificado por força de novas proposições e o desenvolvimento de técnicas que podem reformular as teorias existentes e por esse motivo é aproximadamente exato.

O que convém ressaltar que estas formas de conhecimento podem coexistir na mesma pessoa. Como exemplo, pode-se dizer que um cientista, estudioso da física, pode ser religioso praticante, ser filiado a uma corrente filosófica e, em muitos aspectos, agir de acordo com os conhecimentos do senso comum.

Como já dito, as razões para se adquiri-lo pode-se dizer que é para se compreender melhor a realidade onde se está inserido, também de modificá-la ou transformá-la no sentido desejado. Ele também se faz necessário no sentido da ação, isto é, torna-se iluminação, direção no momento de agir. O conhecimento científico também se constitui em elemento de emancipação. Quanto mais conhecimento o ser humano tiver, maior será a sua facilidade para se libertar da opressão. Portanto, ele é considerado um instrumento de poder.

1. Para você, o que é conhecimento?
2. Quais os tipos de conhecimento presentes no estudo deste material?
3. Caracterize os tipos de conhecimento estudados.
4. Estabeleça a diferença entre conhecimento popular e científico.
5. Cite as razões para se adquirir o conhecimento.

Ciência: em busca de sua compreensão - conceitos e finalidades

Ainda nesta unidade procuraremos entender os principais conceitos de ciência, pois ao se produzir conhecimento científico, por intermédio das pesquisas, se está fazendo ciência. Então em que se constitui a ciência?

Durozoi e Roussel (1996), em seu dicionário de filosofia, mencionam que qualquer conhecimento racional, elaborado a partir da observação, do raciocínio ou da experimentação, é chamado de ciência, opondo-se a uma simples opinião ou conhecimento imediato. Deste modo, o objeto da ciência é descobrir ou enunciar leis às quais os fenômenos obedecem e reuni-las em teorias. Designa um conjunto de conhecimentos que se referem a um domínio específico, bem definido.

Vários são os autores que tentaram definir ciência. Entre eles Ander-Egg, Trujillo, citados por Lakatos e Marconi (1986). Para o primeiro, “a ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza” (p.22). Já Trujillo entende que “a ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido a verificação.”(p. 23). Assim, entende-se por ciência a sistematização de conhecimentos, a partir de um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certo fenômeno estudado.

No decorrer da história da humanidade, o homem sempre procurou respostas para as suas indagações. Portanto, segundo Koche (1997, p. 43), “a causa principal que leva o homem a produzir ciência é a tentativa de elaborar respostas e soluções às suas dúvidas e problemas e que o levem à compreensão de si e do mundo em que vive.” Ainda segundo este autor, a razão maior que leva o homem a realizar a investigação científica está em sua curiosidade intelectual, assim como na necessidade de compreender o mundo em que se insere e na necessidade de se compreender a si mesmo. Essa necessidade é tão grande, que fica evidente que onde não se produz ciência, são criados pelo homem os mitos, os quais passam a orientar a vida das pessoas.

Também se observa que as pessoas simples, que não possuem conhecimento científico, influenciadas principalmente pelos meios de comunicação de massa, entendem a ciência como a fonte que resolve todos os problemas que o homem enfrenta, quer sejam eles de natureza teórica ou prática. Mas é preciso entender que a ciência não resolve tudo, não tem resposta para todas as questões, está em constante processo de busca, no sentido de solucionar ou minimizar os problemas que vão surgindo ou responder às indagações feitas pelos seres humanos como fruto da curiosidade.

Como já dito, uma das razões que motivam a pesquisa científica é de caráter prático no sentido de se conhecer as coisas, os fatos, os fenômenos, os acontecimentos para procurar estabelecer uma previsão do rumo dos acontecimentos que cercam o homem e estabelecer um controle sobre eles. Esses aspectos objetivam criar melhores condições de vida para os homens. Portanto, podemos afirmar que a ciência surgiu e é utilizada para satisfazer às necessidades dos seres humanos. É utilizada como instrumento de controle sobre os fenômenos da natureza, embora seja sabido que nem todos os fenômenos podem ser controlados. Muitos embora previstos, como as tempestades, enchentes, não podem ser evitados, outros como as epidemias e pandemias que muitas vezes são previstas são minimizadas, mas não eliminadas. Portanto, a ciência necessita ser entendida como uma aliada do homem, no sentido de colaborar para as suas melhores condições de vida.

Dentre os inúmeros benefícios advindos da ciência, podemos destacar a telefonia, a eletricidade, o rádio, a informática, a aviação, as aplicações tecnológicas no campo da medicina, como os transplantes de órgãos, as expectativas em torno das células tronco; no campo das engenharias, com destaque às viagens espaciais; no campo da agricultura e agropecuária, com as questões genéticas. Merecem destaque os conhecimentos gerados na área da psicologia, com sua contribuição a respeito do comportamento do ser humano; da sociologia, com o estudo das relações que são estabelecidas na sociedade e com destaque na área da educação, com o desvendamento das relações que se processam no interior das escolas, a sua composição, as expectativas dos alunos e pais sobre a escola e a partir daí a proposição de novas abordagens educacionais e materiais didático-pedagógicos, que objetivam uma melhor qualidade de ensino para toda a população brasileira, principalmente neste momento em que alunos, provenientes de todos os segmentos sociais, estão presentes na escola, são altamente influenciados pelos meios de comunicação de massa e os enfoques metodológicos tradicionais não respondem mais aos anseios e necessidades da população, principalmente dos oriundos das camadas desfavorecidas da sociedade.

É inegável que houve um avanço do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento. Prova disto é que no final do milênio anterior e início deste vivemos na chamada sociedade do conhecimento. Tudo baseia-se no conhecimento e na informação e neste processo ele vem cada vez mais assumindo a orientação das ações do homem. Os poderes político e econômico, tão presentes na sociedade até então, cedem lugar para o conhecimento, lembrando Florestan Fernandes quando dizia que quem tem conhecimento tem poder.

Quanto à questão prática, como já dito, não podemos nos iludir de que a ciência tem total controle sobre os fenômenos da natureza. Isso pode gerar uma distorção da compreensão do que seja ciência, escondendo os seus verdadeiros objetivos. O cientista e sua ciência não podem ser vistos como operadores de milagres, que encontram soluções para todos os

problemas, sejam eles humanos ou da natureza. Como exemplo, a ciência não proporciona um controle prático sobre os fenômenos da natureza, como o caso das intempéries da natureza. São realizados os transplantes, mas nem todos são bem sucedidos. Existem diversos métodos de alfabetização, mas nem todos os alunos podem ser considerados letrados. Compreender a ciência desta forma, isto é, como salvadora de todos os males é um equívoco.

A classificação e divisão da ciência

Diversos autores também tratam da classificação e divisão da ciência. A classificação e divisão surgiram em função da complexidade do universo e da diversidade de fenômenos que se apresentam no mundo. Para melhor entendê-los e explicá-los surgiram os diversos ramos de estudo e ciências específicas.

Segundo Lakatos e Marconi (1986), uma das primeiras classificações foi a estabelecida por Augusto Comte. Apresenta uma classificação de acordo com a ordem de complexidade, sendo: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral. Apresentam também a classificação de Bunge, que divide em Ciências formais e factuais. As formais dividem-se em lógica e matemática. As factuais em naturais e sociais. As naturais, por sua vez, são divididas em física, química, biologia e outras. As sociais em Antropologia Cultural, Direito, Economia, Política, Psicologia Social e Sociologia. Observe melhor os quadros apresentados abaixo e que estão em Lakatos e Marconi, p.25, 26 e 27.

Não existe consenso entre os autores a respeito da classificação e nem quando se trata de ciência e ramos de estudo da ciência. Para melhor conhecer as classificações, consulte a obra de Lakatos e Marconi – Metodologia Científica.

Variação da classificação de Comte

Ciências	Matemática	Teóricas: Aritimética, Geométrica, Algébrica		
		Aplicadas: Mecânica, Racional, Astronomia		
	Físico-Químicas	Física, Química, Mineralogia, Geologia, Geografia Física		
	Biologicas	Botânica, Zoologia, Antropologia		
	Morais	Psicológica	Psicologia, Lógica, Estética e Moral	
		Histórica	História, Geografia Humana e Arqueologia	
		Sociais e Políticos	Sociologia, Direito, Economia e Política	
	Metafísicas	Cosmologia Racional, Psicologia Racional, Teologia Racional		

Classificação de Bunge

Ciências	Formal	Lógica	
		Matemática	
	Factual	<i>Natural</i>	Física
			Química
			Biologia
			Psicologia Individual
		<i>Cultural</i>	Psicologia Social
			Sociologia
	Economia		
	Ciência Política		
	História Material		
	História das Ideias		

Classificação de Wundt

		Formais - Matemática		
Ciências	Reais	Ciências da Natureza	Fenomenológicas	Química
				Física
				Fisiológica
			Genéticas	Cosmologia
				Geologia
				Embriologia
				Filogênese
			Sistemáticas	Mineralogia
				Zoologia
		Botânica		
		Ciências de Espírito	Fenomenológicas	Psicologia
			Genéticas	História
			Sistemáticas	Direito
				Economia
			Política	

Classificação adotada pelos autores

Ciências	Formais	Lógica	
		Matemática	
	Factuais	<i>Naturais</i>	Física
			Química
			Biologia e outras
		<i>Sociais</i>	Psicologia Social
			Sociologia
			Economia
	Política		
	Antropologia Cultural		
Direito			

Como apresentado, vários autores se referem às ciências formais e factuais. As formais referem-se ao estudo das ideias. Dizem respeito à lógica e à matemática que, não tendo relação com algo encontrado na realidade, não podem valer-se dos contatos com essa realidade para convalidar suas fórmulas. Constroem seus próprios objetos de estudo, mesmo que muitas vezes os façam por abstração de objetos reais. Lakatos e Marconi citam exemplo, colocado por Bunge, a respeito do conceito de número. Para ele, o conceito de número abstrato nasceu da coordenação de conjuntos de objetos materiais; entretanto, os números não existem fora dos cérebros: podemos ver, encontrar, manusear, tocar três livros, quatro árvores, três carros, ou podemos imaginar três discos voadores, mas ninguém pode ver um simples três, em sua forma, composição, essência. Por exemplo, o sistema decimal, em matemática, é uma decorrência dos seres humanos possuírem dez dedos.

As ciências factuais dizem respeito ao estudo dos fatos. “A física e a sociologia, sendo ciências factuais, referem-se a fatos que supostamente ocorrem no mundo e, em consequência, recorrem à observação e experimentação para comprovar ou refutar as suas fórmulas ou hipóteses” Lakatos e Marconi (1986, p. 27). Ainda para estes autores, o conhecimento científico, no âmbito das ciências Factuais caracteriza-se por ser “racional, o objetivo factual transcendente aos fatos, analítico, claro e preciso, comunicável, verificável, dependente de investigação metódica, sistemático, acumulativo, falível, geral, explicativo, preditivo, aberto e útil” (p.29).

Para obter mais detalhes a respeito do assunto, consulte Lakatos e Marconi, p.29.



Capítulo 2

O processo de produção de leitura e escrita

Tratar do processo de leitura e escrita parece algo óbvio ao se considerar que os livros e demais materiais como jornais, revistas, folders, materiais de propaganda e tantos outros foram escritos e aí estão para serem lidos. Para muitos, parece que apenas conhecer as letras ou os signos basta. No entanto, sabemos que este processo não é tão simples. Se fosse tão simples, não teríamos um número tão grande de pessoas que não sabem ler e escrever e tantos outros que, mesmo conhecendo os códigos e sabendo decodificá-los, não têm compreensão das mensagens que estão sendo transmitidas. Portanto, ler e escrever estão um para outro. Para Marques (2000, p. 89),

Não existe, portanto, o escrever sem a interlocução de sujeitos que interagem, que se provocam através dele em dialógica produção de significados. Não existem o que escreve e o que lê, sem a recíproca suposição da ação de um deles sobre a ação do outro. Não existe o ato de escrever sem a suposição do ato de

ler, uma suposição que tem sua própria história nas muitas e circunstanciadas formas de recepção, por leitores em carne e osso, da obra de escrever.

Ao escrever este texto para este curso, penso que ele será lido e, portanto, precisa ser compreendido. Portanto, “o que faz a escrita não são simples sinais gravados num suporte físico, mas é a significância que eles adquirem ao se inscrever na ordem simbólica pela qual os homens se entendem criando seus mundos” (p. 89).

Parafraseando Goulemot, o mesmo autor coloca que: ler é produzir sentidos articulados em sequência. É constituir sentidos que o leitor inscreve na polissemia, nas virtualidades significantes do texto. Para ele, cada leitor tem seu próprio ritmo e seus próprios ritos de leitura, uma melhor postura corporal, uma história de sua cultura, que por opções políticas e sociais está inserida na história cultural mais ampla, às vezes mítica. Cada leitor tem sua biblioteca, isto é, a memória de outras leituras e outras referências culturais, compostas numa intertextualidade em que se baseia sua segurança cultural. A inserção nessa cultura coletiva de escreventes e leitores, dissipa as ilusões das escolhas independentes ou aleatórias, ao passo que aponta para os interstícios da liberdade criadora. “Coabitam a leitura a irreduzível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la. Se o leitor está sempre inscrito no texto, o texto também se inscreve diversamente nos seus leitores.” (p. 89).

Levando em consideração apenas a sociedade brasileira, percebemos pelos dados estatísticos que um número significativo de pessoas são desprovidas dos princípios/mecanismos que oportunizam o processo de ler e escrever, isto é, não conhecem as letras, os signos. Outros que conhecem estes elementos nada mais fazem do que apenas codificá-los ou decodificá-los, isto é, escrever e ler o que está escrito sem se preocupar com os seus significados e com as mensagens que o texto traz e nem de contextualizá-lo. A universidade, que tem como um dos seus objetivos formar além do profissional capaz de atuar com competência em

uma determinada área, tem como objetivo formar o cidadão. O exercício da cidadania passa pelo processo de leitura e escrita. Ao se falar em escrita entende-se a construção, sistematização e produção própria das ideias. A leitura envolve, além do conhecimento das letras, a compreensão do que está sendo transmitido. Considerando esta situação, necessário se faz refletir um pouco sobre o que consiste o ler e escrever.

O processo de ler e escrever

Quando alguém escreve um texto, pretende transmitir uma mensagem para alguém que vai lê-lo. A mensagem contida no texto passou por um processo de reflexão do autor, foi codificada, isto é, foi representada por determinados signos ou elementos gráficos e em seguida transmitida aos leitores. Neste processo, acontece a comunicação entre os seres humanos e envolve o ato de ler e escrever.

Segundo Severino (2008, p.11), “a leitura de um texto é a decodificação da mensagem de que se é portador ao passo que a escrita é o processo de codificação da mensagem pelo autor.”

No contexto deste trabalho se tratará do código linguístico, mas um texto ou documento pode ser apresentado mediante outros tipos de códigos como imagens, gráficos, sons, gestos, dentre outros. Assim, para que a leitura aconteça, o leitor precisa de alguns requisitos. Um deles é conhecer a língua em que o texto está escrito e esse conhecimento, segundo Severino (2008), implica em dois níveis: primeiro o conhecimento dos significantes e dos significados. Para este autor, quando se fala nos signos de linguagem é preciso levar em conta duas dimensões. “Cada signo linguístico carrega em si um significante, que é o lado material (o grafema, no signo escrito, ou o fonema, no signo oral, ou seja, as letras e os sons) e um significado, que é o lado conceitual, ou seja, o sentido que aquele significante vai suscitar na mente do leitor,” (p. 11).

Ao se ler um texto está se trabalhando com as palavras e os conceitos ou ideias. As palavras precisam ser estruturadas de acordo com

as regras gramaticais da língua que está sendo escrita. Os conceitos, as ideias são os conteúdos mentais que correspondem a cada palavra, que representam um objeto, pensamos uma coisa ou uma relação entre objetos.

Os conceitos para serem comunicados precisam ser mediados e isso ocorre graças às palavras, aos termos. Assim, a apreensão de um conceito passa necessariamente pela decodificação das palavras, que é o processo de leitura.

Para elaborar uma mensagem, a mente humana, vai além do uso dos conceitos e termos isolados, estes unem e formam sequências chamadas de juízos ou proposições que, unidos, formam conjuntos chamados de raciocínios ou argumentações.

Assim, um texto é uma mensagem codificada sob forma linguística de um raciocínio. A reação é uma argumentação correspondente a um raciocínio, construído sobre a base do encadeamento lógico dos conceitos, ideias e juízos. Assim, a leitura é entendida como o processo de decodificação da mensagem pelo entendimento e acompanhamento do raciocínio de quem está lendo.

Paulo Freire na sua obra “A importância do ato de ler” diz que a compreensão do texto, a ser alcançada por sua leitura crítica, implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Severino se refere à leitura analítica, entendida como a abordagem de um texto a partir dos seguintes objetivos: apreender a mensagem global da unidade de leitura, de modo que o leitor tenha uma visão da integralidade do raciocínio desenvolvido pelo autor, levando-o tanto à compreensão da mensagem, como à sua interpretação. É a modalidade mais tradicional de leitura, é aquela que fazemos do começo ao fim, como é o caso de um romance.

Os textos científicos e filosóficos requerem recursos próprios, diferentes daqueles que usamos na leitura dos textos literários, jornalísticos ou coloquiais. O que se precisa entender é que a ciência e a filosofia são modalidades diferenciadas de conhecimento, em que são utilizados termos e conceitos em níveis diferentes dos que são usados na linguagem coloquial e na literatura.

O próprio autor aponta que o estudo de um texto, que passa pelo processo de leitura, realiza-se por meio de uma sequência de etapas essenciais:

- etapa de análise textual;
- etapa de análise temática;
- etapa de análise interpretativa;
- etapa de problematização;
- etapa de reelaboração reflexiva. (Ver Severino, p. 14).

O estudo desta etapa pode ser concluído com uma ideia de Marques (2000, p. 90), quando coloca que:

uma conclusão se impõe, de ordem prática: importa escrever para buscar o que ler; importa ler para reescrever o que se escreveu e o que se leu. Antes o escrever, depois o ler para o reescrever. Isso é procurar; é aprender: atos em que o homem se recria de contínuo, sem se repetir. Isso é pesquisar.

A pesquisa no processo de leitura

Para compreensão e interpretação de um texto, constantemente interrompemos nossa leitura corrida, e em fontes apropriadas buscamos esclarecimentos, informações que ajudarão na compreensão da mensagem que o autor quis passar. “Esta atividade de recorrer às fontes é a atividade de pesquisa. O registro das informações colhidas nas fontes é a documentação.” SEVERINO (2008, p. 51).

O autor reforça que documentar é levantar e registrar, de maneira sistemática, os dados e informações que precisamos para realizar a leitura analítica.

A prática de documentação colabora no processo de compreensão da leitura, pois quando registramos um dado levantado ou como diz o autor uma intuição pessoal, esse ato contribui para o seu entendimento e retenção, pois guardamos melhor o que melhor aprendemos.

Quando estamos realizando uma leitura sistemática, precisamos levantar e registrar dados sobre o autor do texto e sobre outros autores a que ele se refere, sobre a linguagem que utiliza, sobre as categorias teóricas que adota, sobre as teorias referentes às áreas em que se situam as colocações do texto, sobre os eventos históricos e sociais que contribuiram para a contextualização do pensamento do autor, sobre suas ideias e ideias correlatas (p.52).

Estes elementos nada mais são do que os famosos apontamentos. Embora não seja o mais adequado, o apontamento mais simples é o caderno. Deve ser usado apenas para rascunho, para anotações provisórias, para tomarmos nota durante as aulas, palestras, debates, conferências e em outras situações em que isto precisa ser feito com certa rapidez. Os apontamentos definitivos devem ser feitos em fichas apropriadas, a serem guardadas de forma organizada, num fichário. Como exemplo, pode-se citar o monobloco, até as folhas avulsas de cadernos universitários, desde que soltas para poderem ser manuseadas com facilidade, como folhas de papel sulfite.

Até agora foi feita referência ao papel escrito, mas tudo isto pode ser transposto para o registro digital, onde quem dispuser pode desenvolver idêntico processo de documentação mediante procedimentos digitais. O fichário é uma pasta; as fichas são os arquivos.

Fazem parte desta documentação:

- ficha bibliográfica;
- ficha biográfica;
- ficha temática;
- o fichário pessoal;
- as fontes de pesquisa em filosofia;
- os textos clássicos;
- os dicionários;
- histórias;
- introduções;
- revistas.

Os dados obtidos por meio deste roteiro contribuirão significativamente para a compreensão do material que está sendo lido.

Trabalhos escritos: modalidades

As modalidades mais utilizadas de elaboração de trabalhos são: resumo, resenha, artigo, paper ou comunicação científica, informe científico.

RESUMO. O resumo é a apresentação concisa do texto, em que são destacados os aspectos mais importantes da pesquisa ou de outro trabalho. É um trabalho no qual são extraídas as ideias principais, são evitadas críticas e repetições de frases. Resumindo o texto com as próprias palavras, o autor mantém-se fiel às ideias do autor que está sendo sintetizado. É o resultado de um exercício de leitura e pelo fato de não ser extenso não deixa de ter um grande valor didático. O resumo deverá ter entre 250 e 300 palavras e deverá apresentar de 3 a 5 palavras-chave. O resumo expandido, que é uma outra modalidade de resumo, poderá ter entre 1500 e 3000 palavras e também apresentar as palavras-chave. É apresentado num só texto sem parágrafos.

RESENHA. É uma descrição minuciosa de um livro, capítulo, artigo ou outro documento. Permite fazer comparações, avaliar, emitir juízos em obras da mesma área. A resenha deve transmitir ao leitor uma visão precisa do conteúdo do texto, destacando o assunto, os objetivos, a ideia central, os principais passos de raciocínio do autor. Deverá conter a seguinte estrutura:

- Referências de acordo com as normas da ABNT ou outras indicadas.
- Credenciais do autor
- Informações sobre o assunto, conclusão do autor
- Quadro de referência do autor, apreciação.
- Fazer um comentário crítico.

ARTIGO. É um texto técnico-científico, com autor definido, que discute conceitos, métodos, técnicas, processos, resultados ou proposições de soluções para assuntos controvertidos nas diversas áreas do conhecimento. Cada instituição ou agência para a qual o artigo é apresentado estabelece normas quanto à forma de apresentação, número de páginas, etc.. Mas de um modo geral o artigo deverá conter:

- Cabeçalho – título e subtítulo, autor(es), credenciais do(s) autor(es), e local de atividades. (Instituição, cidade, endereço eletrônico, etc.).
- Resumo em português e em uma língua estrangeira, normalmente inglês.
- Palavras-chave. Normalmente de 3 a 5.
- Corpo do artigo: introdução, desenvolvimento e conclusão
- Referências: apenas as citadas no artigo e segundo as normas indicadas, que podem ser as da ABNT ou outra. O Departamento de Pedagogia da UNICENTRO-Campus de Irati, utiliza as normas elaboradas pela Universidade Federal do Paraná.
- Apêndice ou anexos.

O caderno nº 6 da coletânea, Normas para apresentação de documentos científicos, elaboradas pela UFPR-2007, apresentam de forma pormenorizada os elementos para construção e elaboração de um artigo científico.

PAPER OU COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. É um texto de suporte a uma comunicação oral em cursos, congressos, simpósios, reuniões científicas e outros eventos. Não é muito extenso, varia de duas a dez páginas, organizadas como um artigo científico ou artigo como um relatório, para posterior publicação em atas e anais de eventos científicos onde foi apresentado. Embora contenha a mesma estrutura intelectual dos artigos com introdução, corpo e conclusão, é apresentado como um texto unitário, sem divisões. O formato aconselhado é:

- Título do trabalho;
- Autor ou autores;
- Credenciais do autor ou dos autores;
- Sinopse – abstract;
- Palavras-chave;
- Texto - sem subdivisões, embora tenha contido uma introdução, um corpo e uma conclusão;
- Referências.

INFORME CIENTÍFICO. É um texto sintético, utilizado para comunicar resultados parciais de pesquisa em andamento, ou os resultados finais de um estágio de investigação científica. Comunica as primeiras descobertas feitas, as dificuldades encontradas, previstas ou não, aponta os procedimentos utilizados, quer seja uma pesquisa de campo, laboratório ou estudo bibliográfico. Deve conter a data da realização do trabalho e os resultados até aí encontrados. A estrutura de apresentação é a mesma dos artigos científicos que são resultados de pesquisa e os artigos de relatórios. Sugere-se o seguinte esquema:

- Título e subtítulo do trabalho;
- Período em que foi realizada a investigação;
- Autor ou autores;
- Credenciais do autor ou dos autores;
- Sinopse;
- Palavras-chave;
- Introdução;
- Corpo - que pode ser apresentado no formato relatório ou monográfico, conforme o caso;
- Conclusão, mesmo que parcial. Aí também devem ser apresentados os próximos passos do trabalho de pesquisa.



Capítulo 3

Pesquisa

Conceitos

Discutir o conceito de pesquisa requer refletir um pouco sobre a sua trajetória e importância, principalmente na área educacional, além de compreender como é vista e entendida no interior das escolas e, principalmente, nas universidades, e a importância que a ela é atribuída.

Nos últimos tempos, a pesquisa ganhou destaque em todas as áreas do conhecimento, desde a esfera política, principalmente no período de eleições para se saber a tendência eleitoral de determinado grupo, na área social, do comportamento humano e principalmente nas áreas científicas e tecnológicas. No Brasil, a pesquisa, principalmente na área educacional, ganhou destaque a partir de 1980.

Mesmo com este desenvolvimento, tem sido atribuídos ao tema diferentes significados. Na escola, principalmente no Ensino Fundamental e Médio, tem se usado muito o tema, na maioria das vezes de forma

errônea, ao se solicitar para os alunos que “pesquisem” sobre determinado assunto, e estes não fazem nada mais que consultar algum livro ou enciclopédia ou recortar informações de jornais ou revistas ou dos meios eletrônicos de onde obtêm dados solicitados nas suas pesquisas. Esse tipo de atividade pode ser interessante e oportunizar aos alunos algum conhecimento, mas não se configura como uma atividade de pesquisa no sentido exato do termo. Esta, segundo Luna (1996, p. 15), “visa a produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente fidedigno.” Quanto ao termo “novo” é entendido como um conhecimento que preenche uma lacuna numa determinada área do conhecimento.

De acordo com Ludke e André (1986, p.1), “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinada assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele.” Isso se faz a partir do estudo de um problema, que desperta o interesse do pesquisador e “limita sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento.” (p.2). O ato de pesquisar precisa ser delimitado, direcionado e precisa que seus objetivos sejam claros.

Segundo Luna (1996), os objetivos da pesquisa dizem respeito a demonstrar a existência ou ausência de inter-relações entre os diferentes fenômenos, consiste no estabelecimento de consistência interna entre conceitos dentro de uma dada teoria, no desenvolvimento de novas tecnologias ou demonstração de novas aplicações de tecnologias conhecidas, aumento de generalidade do conhecimento, descrição das condições sob as quais um fenômeno ocorre.

Ainda segundo as autoras, trata-se de um momento em que estão presentes o pensamento e a ação de uma pessoa ou grupo de pessoas, no esforço de construir o conhecimento de aspectos da realidade, que servirão para apontar soluções para os seus problemas ou sanar suas curiosidades. Como já dito, o conhecimento gerado pela pesquisa é fruto da necessidade ou curiosidade, da inquietação e da atividade investigativa de alguém. No entanto, não se pode desconsiderar que esse conhecimento é produzido a

partir do que já foi elaborado pelos que trabalharam o tema anteriormente. Portanto, o pesquisador precisa ter conhecimento do que foi produzido anteriormente, podendo confirmar ou negar este conhecimento, mas o que o pesquisador não pode é demonstrar ignorância com referência ao assunto. Como comumente dizemos, não se pode inventar a roda, ela já existe, já foi inventada, o que se precisa é inventar algo a partir dela e muita coisa já foi inventada. Portanto, o pesquisador assume o papel de servir como articulador entre o conhecimento já existente na área e os novos conhecimentos que serão produzidos, contribuindo, assim, para o crescimento e desenvolvimento da ciência.

Quando se fala em conhecer o que já foi produzido, não se pode deixar de considerar que o conhecimento reflete a época em que foi produzido, donde vem o seu caráter social, pois, como diz Demo (1996), pesquisador e pesquisa estão mergulhados na corrente da vida em sociedade, com suas competições, interesses e ambições ao lado de sua busca do conhecimento científico.

A pesquisa se situa dentro das atividades normais de todos os profissionais. Quando se trata de pesquisa educacional, estamos nos referindo a todos que atuam na escola quer seja professor, gestor, pedagogo e aqueles que atuam em espaços não formais como a educação nos bairros, nos movimentos sociais, nos assentamentos. Ela precisa se aproximar da vida diária do profissional da educação, independente da função que exerce e do nível que atua, para tornar-se um instrumento de enriquecimento de seu trabalho. Para que isso aconteça precisa ser desmitificada e entendida como atividade inerente a todos os profissionais. Para que a pesquisa realmente aconteça e tenha credibilidade, o profissional, neste caso da educação, precisa de determinados conhecimentos. Estes conhecimentos dizem respeito a questões éticas, sociais, políticas e instrumentais.

Não se pode deixar de considerar que a pesquisa, como uma atividade humana e social, é carregada de valores, preferências, interesses e princípios que movem o pesquisador, este irá refletir em seu trabalho de

pesquisa os valores, princípios considerados importantes em seu meio e na sua época. Portanto, a sua visão de mundo irá influenciar a maneira como ele propõe, desenvolve e conclui as suas pesquisas. O pesquisador não é neutro como se dizia anteriormente, isto é, não se acredita na neutralidade científica.

No que se refere à evolução da pesquisa educacional, esta sofreu as influências da pesquisa nas áreas humanas e sociais. Durante muito tempo a pesquisa educacional seguiu os modelos desenvolvidos nas ciências físicas e naturais. Como ocorreu nestas ciências, foi estudado como se a educação fosse fenômeno isolado, assim como acontece nos laboratórios, onde as variáveis são isoladas para se constatar a influência de cada uma delas no fenômeno estudado. A pesquisa desenvolveu-se ancorada no paradigma positivista, que diz respeito a uma forma de se ver e explicar o mundo. O positivismo, que será estudado em Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II com mais detalhes, teve sua origem no início do século XIX, com o filósofo francês Augusto Comte, que apresentou as bases de uma sociologia positiva. Para ele, o método de estudo dos fenômenos sociais deveria aproximar-se do método utilizado pelas ciências físicas e naturais.

Segundo Ludke e André (1986), a variável como aspecto quantificável do fenômeno teve e ainda tem importância nos livros de metodologia da pesquisa em ciências da educação e orientando o tipo de colocações básicas que orientam a abordagem que durante tanto tempo predominou nas pesquisas. “Durante muito tempo se acreditou na possibilidade de decompor os fenômenos educacionais em suas variáveis básicas, cujo estudo analítico, e se possível quantitativo, levaria ao conhecimento total desses fenômenos.

A evolução dos estudos na área educacional, segundo Ludke e André (1986), foi apontando que poucos estudos podem ser submetidos a esse tipo de abordagem analítica, pois em educação as coisas acontecem de maneira tão intrincada, que fica difícil isolar as variáveis levantadas e apontar as que são responsáveis por determinado efeito.

Ainda segundo estas autoras, não se quer dizer que não se possa fazer um estudo analítico como se faz na pesquisa experimental, mas ao fazê-lo, está se correndo o risco de submeter a complexa realidade do fenômeno educacional a um esquema que simplifique a análise.

Ressaltam que, em educação, o estudo experimental tem sua importância e sua utilidade quando aplicado dentro de leis naturais. No entanto, essa utilidade não tem sido frequente ao longo da história da pesquisa em educação por se realizar de maneira muito complexa, que não se compatibiliza facilmente com a rigidez da forma experimental.

Até bem pouco tempo atrás predominava a crença numa separação entre o sujeito da pesquisa, o pesquisador e seu objeto de estudo. Acreditava-se que o pesquisador em sua atividade investigativa deveria manter-se separado o mais possível do objeto investigado para que suas ideias e valores não influenciassem o seu ato de conhecer o objeto investigado.

A evolução tem mostrado que os fatos, os dados não se revelam diretamente ao pesquisador. É a partir da interrogação que faz aos dados, que vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado". Este questionamento é feito a partir do que ele conhece sobre o assunto. O conhecimento do assunto estará presente no seu projeto de pesquisa, item fundamentação teórica ou revisão de literatura.

Tempos atrás se acreditava na imutabilidade da pesquisa, isto é, os resultados da pesquisa pareciam perenes. À medida que os estudos avançam fica claro o seu caráter de mudança permanente, pois como já dito a pesquisa está inserida no contexto social, numa realidade histórica e em constante processo de mudança.

Com o decorrer dos tempos estes aspectos foram sendo questionados e novas abordagens foram delineadas, no sentido de se conhecer com mais detalhes a realidade. No entanto, não se pode desconsiderar que este tipo de pesquisa prestou relevante contribuição e em muitas situações ela continuará tendo a sua relevância. Se aplicará nos casos em que, por exemplo, quisermos detectar o número de analfabetos de um bairro ou de uma cidade, ou se quisermos estudar sobre as notas

que foram atribuídas aos alunos, não temos outra alternativa a não ser fazer o levantamento dos analfabetos visitando as casas ou por intermédio dos dados disponíveis nos órgãos públicos e no segundo exemplo indo até o professor ou os registros da escola para obter informações sobre as notas dos alunos. No entanto, hoje entendemos que só obter os dados quantitativos (números) não basta, o que é preciso e que a pesquisa vai oportunizar é saber as causas de se ter um determinado número de analfabetos, assim como as notas dos alunos e buscar alternativas para resolver as situações. Portanto, a pesquisa quantitativa sem ser desprezada, precisa ser superada.

Segundo Ludke e André (1986, p. 5), “um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar a realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo em sua realização histórica.” Neste momento a pesquisa qualitativa se propõe a fornecer os aportes necessários para o entendimento da realidade e se constitui na superação da pesquisa quantitativa.

Diante destes desafios foram aparecendo novas abordagens, novas metodologias. Assim, surgiram a abordagem qualitativa e os vários tipos de pesquisa como a participante, a pesquisa-ação, a pesquisa etnográfica, o estudo de caso. Sobre a abordagem qualitativa e os novos tipos de pesquisa e sobre os instrumentos de pesquisa trataremos logo a seguir. Ainda refletiremos um pouco sobre os conceitos de pesquisa e como ela está sendo trabalhada/realizada nas instituições educacionais, principalmente de nível superior.

Refletindo um pouco sobre os conceitos de pesquisa e sua prática no cotidiano

Pode-se afirmar que a pesquisa é atividade básica para se fazer ciência. Segundo Diez e Horn (2004), é o fundamento de toda e qualquer ciência, e expressa em forma de conhecimento o mundo objetivo, mundo este que precisa ser melhor conhecido e compreendido. O conceito

também é bem explicitado por Demo (1985, p 23), “pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade.” Parte do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície, e que ela não é o que aparenta à primeira vista”. Segundo Demo (p. 18), é compreendida como capacidade de elaboração própria.

Na sociedade moderna, a pesquisa assume papel fundamental como atividade científica, pois investigando a riqueza da vasta realidade, possibilita que se gere mais ciência e mais tecnologia. A realidade é inesgotável, não é possível explicá-la totalmente, ou seja, sempre existe o que descobrir. Em educação significa desvendar os problemas educacionais no sentido de conhecê-los e propor soluções para estes problemas.

Para Demo (1996), a pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas atitude de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem. Destaca que o conhecimento gerado na academia é diferente do conhecimento comum, mas não seria correto não reconhecer nele um saber. Pesquisa é processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, que é a base de qualquer proposta emancipatória. Demo em sua obra “Pesquisa: princípio científico e educativo” critica a separação entre ensino e pesquisa. Critica o profissional da educação que apenas ensina. Diz que este profissional, principalmente o de Ensino Fundamental e Médio, estuda uma vez na vida, adquire um certo conhecimento e em seguida transmite aos seus alunos cada dia de forma mais desatualizada. De outro lado, está principalmente nas Universidades o profissional da educação que apenas pesquisa. Em termos institucionais, ressalta que enquanto alguns somente pesquisam, a maioria dá aulas, atende alunos, administra.

Esta situação leva a uma cisão entre teoria e prática, pois aparece a figura do pesquisador que descobre, conhece, pensa, sistematiza e que cabe a outra figura o papel de intervenção na realidade. Isto acontece porque a pesquisa, de modo geral, está cercada de ritos especiais, que é reservada para poucos iluminados e que devido a estes ritos muitos não se dedicam a ela. O que se pode dizer é que não são necessários os exageros, mas há

necessidade de um certo conhecimento para que a pesquisa possa ser realizada, e que realmente seja expressão da realidade, que contribua para a proposição de soluções de problemas, ou que satisfaça à curiosidade do pesquisador. Precisa ser realizada com base em critérios científicos. Para isso são necessários o entendimento do que vem a ser pesquisa, trajetória acadêmica, domínio de técnicas de pesquisa, manejo estatístico e informático e, principalmente, espaço acadêmico. Isso acontece porque a grande maioria dos professores que só ensinam não dominam as técnicas de pesquisa e aceitam pacificamente a divisão entre ensino e pesquisa.

Comenta que a formação sofisticada do pesquisador não é um mal em si, faz parte, do contrário poderia cair na banalização e isto não pode acontecer. No que se refere às ciências sociais, que são muito teóricas, certas exigências específicas na formação do pesquisador se fazem necessárias para tratamento empírico da realidade. As questões da pesquisa educacional estão na diversidade de assuntos, de enfoques, métodos e contextos, apresentando problemas de diversas ordens para a pesquisa em educação, como questões referentes aos fins da investigação e à natureza dos conhecimentos produzidos. Daí o questionamento: o que caracteriza um trabalho científico? Qual a relação entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento? Outra questão é como julgar o que é uma boa pesquisa. Qual deve ser o propósito da pesquisa? Para que ou para quem serve a pesquisa? Para que ou para quem ela deve produzir conhecimentos? Ela deve gerar conhecimento ou ter uma aplicabilidade social? Se para uns a pesquisa deve gerar conhecimentos científicos, portanto válidos, para outros deve buscar o questionamento sistemático, crítico e criativo. Uns centram sua pesquisa no processo de desenvolvimento da pesquisa e no tipo de conhecimento gerado, outros se preocupam mais com a aplicabilidade ou utilidade dos dados das pesquisas. Outro aspecto importante a considerar é a questão da ética na pesquisa.

Para você refletir um pouco sobre a pesquisa.

No seu entendimento, para que serve a pesquisa e, principalmente, a pesquisa em educação?

Abordagens Qualitativas na Pesquisa

Considerando as críticas feitas ao paradigma positivista, que se caracteriza pela ênfase na quantificação dos dados, pela neutralidade científica, imutabilidade, dentre outras, e considerando os avanços que apontam a pesquisa qualitativa como a que mais responde aos anseios dos pesquisadores, torna-se necessário conhecer as abordagens qualitativas de pesquisa. Vários autores têm se pronunciado sobre o assunto, dentre eles Ludke e André. O elementos aí apresentados para estudo e discussão seguem a apresentação feita por estas autoras, por se levar em conta a apresentação de uma forma bem didática e objetiva.

Mencionam que Bogdan e Biklen, em seu livro “A Pesquisa Qualitativa em Educação”, apresentam um estudo sobre pesquisa qualitativa apresentando cinco características básicas que configurariam este tipo de estudo:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;

Os dados coletados são predominantemente descritivos;

A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;

O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;

A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Ainda segundo estas autoras, com base nos estudos de Bogdan e Biklen (1982), “a pesquisa qualitativa também chamada de naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.” (p.13). Na pesquisa qualitativa destacam-se a pesquisa do tipo etnográfica e o estudo de caso.

Abordagem etnográfica na pesquisa educacional

De acordo com o dicionário de Filosofia de Durosói e Roussel (1996), apoiados no conceito de Levi Straus, a etnografia é uma ciência descritiva que consiste na observação e análise dos grupos humanos considerados em sua particularidade, visando a restituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles.

Segundo Ludke e André (1986), até muito recentemente as técnicas etnográficas eram utilizadas muito mais pelos antropólogos e sociólogos. Somente no início dos anos 70, os pesquisadores da área da educação começaram a fazer uso destas técnicas, originando assim uma nova linha de pesquisa chamada de antropológica ou etnográfica.

Alertam para o cuidado que se deve ter em, por exemplo, não denominar de etnográfica uma pesquisa em que se faz uma observação participante, pois etnografia tem um sentido próprio, é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo, conceito elaborado por Spradley, em 1979.

As autoras acima reportam-se a Walcot (1975) que menciona que para se certificar se uma pesquisa é realmente etnográfica é preciso verificar se a pessoa que lê esse estudo consegue interpretar aquilo que ocorre no grupo estudado tão apropriadamente como se fosse um membro desse grupo.

Chamam atenção para o fato de que o uso da etnografia em educação deve envolver uma preocupação em pensar o ensino e a aprendizagem num contexto cultural amplo. As pesquisas sobre a escola não devem contemplar somente o que se passa na escola, mas relacionar o que é aprendido dentro e fora da escola.

Ainda as mesmas autoras apresentam os critérios para utilização da abordagem etnográfica nas pesquisas que focalizam a escola.

- O problema é redescoberto no campo;
- O pesquisador deve realizar a maior parte do trabalho de pesquisa pessoalmente;
- O trabalho de campo deve durar pelo menos um ano escolar;
- O pesquisador deve ter tido uma experiência com outros povos de outras culturas;
- A abordagem etnográfica combina vários métodos de coleta;
- O relatório etnográfico apresenta uma grande quantidade de dados primários.

A pesquisa etnográfica parte do princípio de que é impossível entender o comportamento humano sem entender o quadro dentro do qual os indivíduos se situam e interpretam seus pensamentos e ações. O pesquisador precisa conviver para compreender o significado do comportamento dos indivíduos, tanto o comportamento explícito como o oculto e ao mesmo tempo, como dizem Ludke e André (1986), apreender a visão objetiva dos fenômenos. O pesquisador deve assumir dois papéis, o de ser participante do grupo e de observador, para compreender e explicar o comportamento humano.

Quanto ao método de pesquisa, não existe um que possa ser indicado como o melhor. Segundo Stubs e Delamont (1976), citados por Ludke e André (1986, p.15), é a natureza dos problemas que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado.

Segundo estas autoras, o pesquisador desenvolve a sua investigação passando por três etapas: exploração, decisão e descoberta.

A primeira envolve a fase de seleção e definição de problemas, a escolha do local onde será feito o estudo e o estabelecimento de contatos para a realização do trabalho de campo. Nessa etapa também poderão ser feitas as primeiras observações, para se obter conhecimento sobre o fenômeno a ser pesquisado e assim se poder fazer a seleção dos aspectos mais significativos que serão o foco da investigação. Diferente de outros

tipos de pesquisa, a etnográfica possibilita que o pesquisador modifique os seus problemas e hipóteses durante o processo de investigação. O pesquisador não precisa ter uma linha teórica definida com antecedência. As primeiras observações e indagações fornecerão elementos para o processo de coleta de dados e permitirão a formulação de hipóteses que poderão ser modificadas à medida que os dados vão sendo coletados.

A fase de decisão diz respeito a uma busca mais sistematizada dos dados que o pesquisador selecionou como mais significativos, para compreender e interpretar o fenômeno que é objeto de estudo. Estes dados dizem respeito à forma e conteúdo de interação verbal dos participantes, forma e interação verbal com o pesquisador, os comportamentos não-verbais, os padrões de ação e não ação, registros de arquivos e documentos. Segundo Ludke e André (1986, p.16), “o problema fundamental para o investigador antropológico é aprender e selecionar os dados necessários para responder às suas questões e encontrar o meio de ter acesso a essa informação.” Segundo essas autoras, e como já dito anteriormente, os dados coletados podem ser modificados durante o processo de investigação, pois as informações colhidas devem dirigir as informações subsequentes.

A fase descoberta se refere à descoberta da realidade, na tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e situar as várias descobertas num contexto mais amplo. “Partindo de um esquema geral de conceitos, o pesquisador procura testar constantemente as suas hipóteses com a realidade observada diariamente.” LUDKE e ANDRÉ (1986, p.16). Interação entre dados reais e suas possíveis explicações teóricas permite a organização de um quadro teórico dentro do qual o fenômeno pode ser interpretado e compreendido.

O observador, na pesquisa etnográfica, tem um grande desafio. Segundo Hall (1978), citado por Ludke e André (1986), o pesquisador precisa ser pessoa capaz de tolerar ambiguidades; ser capaz de trabalhar sob sua própria responsabilidade; inspirar confiança; ser pessoalmente

comprometido, autodisciplinado, sensível a si mesmo e aos outros, maduro e ser capaz de guardar informações confidenciais. Desde o início dos trabalhos, o pesquisador deve se preocupar para ser aceito no grupo, decidir quanto terá de envolvimento nas atividades e procurar não ser identificado com nenhum grupo particular. Esses cuidados são essenciais para que ele possa obter as informações que necessita.

Além das qualidades pessoais citadas acima e das decisões que deve tomar quanto a forma e situação de coleta de dados, o pesquisador se defronta com uma difícil tarefa, que é a de selecionar e reduzir a realidade sistematicamente. A sistematização dos dados exige do pesquisador o conhecimento teórico que possibilite reduzir o fenômeno a seus aspectos mais relevantes e que conheça as várias possibilidades metodológicas para abordar a realidade, para melhor compreendê-la e interpretá-la.

Os elementos aí apresentados são considerados essenciais para ser ter uma noção a respeito da pesquisa etnográfica e foram apresentados com base em Ludke e André (1986). Para mais detalhamentos, sugerimos a leitura da obra das autoras, citada nas referências.

No final deste ano letivo vocês deverão apresentar um esboço de projeto de pesquisa. Para tomar a decisão, precisam conhecer as abordagens, no caso da pesquisa em educação a ênfase está na abordagem qualitativa. Quanto à etnografia, esta se constitui em um tipo de pesquisa dentro da abordagem qualitativa. É um tipo de pesquisa que tem prestado grandes contribuições para a educação. Você pode optar por esse tipo, mas reflita se terá disponibilidade de tempo e condições para desenvolvê-la. Como dito anteriormente, nos critérios para se realizar a pesquisa, existe a necessidade de se dispensar pelo menos um ano para a coleta de campo. Sugere-se que o pesquisador reflita sobre as suas condições pessoais no momento da tomada de decisão. Existe outro tipo de pesquisa pelo qual você poderá optar que é o estudo de caso e que será apresentado a seguir.

Estudo de caso

É caracterizado como um tipo de pesquisa que faz parte da abordagem qualitativa. Relembrando, como colocado por Ludke e André

(1986, p 18), “a pesquisa qualitativa é aquela que se desenvolve numa situação natural, é descritiva, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Para estas autoras, nem todo estudo de caso em educação é qualitativo. Para ser qualitativo necessita contemplar os requisitos colocados na definição, isto é, ser contextualizado e o fato pesquisado ser entendido na sua singularidade. A pergunta que pode ser feita para esclarecer o assunto é em que o estudo de caso se distingue de outro tipo de pesquisa, como a etnográfica. De acordo com Ludke e André, o estudo é de um caso simples e específico, é sempre bem delimitado e deve ter seus contornos bem definidos no decorrer dos estudos. Pode ser semelhante a outros estudos, mas é considerado distinto, pois tem um interesse específico. Ele é uma especificidade num contexto mais amplo. Os estudiosos da área de pesquisa aconselham que quando temos interesse em estudar um fato singular, bem específico, devemos escolher um estudo de caso.

A nossa intenção, neste momento, é compreender as características e o processo de desenvolvimento de um estudo de caso. O conceito já foi apresentado acima. Você precisa conhecer esses elementos sobre o estudo de caso para poder fazer uma opção consciente no momento de delinear o projeto de pesquisa. Toda pesquisa deve ser precedida de um planejamento prévio, que nada mais é do que o projeto de pesquisa, que será tratado na última unidade deste primeiro ano de estudos sobre metodologia da pesquisa.

- As características do estudo de caso;
- Os estudos de caso visam a descoberta;
- Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto;”
- Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda;
- Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação;
- Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas;

- Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social;
- Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

Desenvolvimento de um estudo de caso

Ainda apoiando-se em Ludke e André (1986), o estudo de caso desenvolve-se em três fases. A primeira, a exploratória; a segunda, a mais sistemática, que consiste na coleta de dados, e a terceira que consta da análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório.

Quanto à primeira fase, pode-se dizer que o estudo de caso começa com um plano vago, que vai se delineando com mais precisão à medida que o estudo se desenvolve. Podem surgir dúvidas, questionamentos que vão sendo reformulados, clareados ou até descartados, de acordo com a relevância que vão apresentando. Os questionamentos vão aparecendo e também vão sendo dirimidos a partir da revisão de literatura, que consiste no levantamento e leitura do que existe de produção na área objeto de pesquisa, podem surgir a partir das observações feitas sobre o objeto de estudo, a partir de conversas com especialistas da área ou a partir do exame de documentos existentes, do contato com pessoas ligadas ao fenômeno estudado ou de questionamentos retirados da própria experiência pessoal do pesquisador.

A fase exploratória é fundamental para uma definição mais precisa do objeto de estudo. É quando serão discutidos os pontos críticos, se estabelecem contatos com os sujeitos da pesquisa, com as fontes dos dados necessários para o estudo.

A segunda fase, que acontece após o pesquisador ter definido o problema, se refere à coleta sistemática de dados, informações. Para a coleta de dados o pesquisador vai se utilizar de instrumentos como questionários, entrevistas, conversas informais ou diálogos. Os

instrumentos serão estudados logo a seguir. No estudo de caso, o pesquisador deverá ter claro que não será possível explorar todo um problema de uma só vez e num tempo limitado. Por isso, deverá fazer “um recorte”, isto é, selecionar os aspectos mais relevantes para atingir os propósitos do estudo e para chegar a uma compreensão mais completa do problema estudado.

A terceira fase diz respeito à análise sistemática e à elaboração do relatório de pesquisa. É uma fase que depende das anteriores, pois, desde a primeira fase - que é a exploratória, o pesquisador deve compilar as informações, analisá-las e disponibilizá-las para que os sujeitos da pesquisa manifestem suas reações sobre a relevância e fidedignidade do que é relatado. Os dados devem ser apresentados aos informantes, tanto por escrito como verbalmente ou em forma de slides ou em um mural.

É preciso considerar que, quanto à realização do estudo de caso, existem algumas situações que podem aparecer, tanto na fase de planejamento ou desenvolvimento. Uma delas diz respeito à generalização. Como cada caso é tratado como único, a possibilidade de generalização passa a ter menor relevância.

Os instrumentos de coleta de dados

Este tema será abordado no primeiro ano de forma abrangente, objetivando colaborar na tomada de decisão no momento da elaboração preliminar do projeto de pesquisa. Ele será trabalhado pormenorizadamente no segundo ano, na disciplina Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II. Convém esclarecer que vários autores se dedicam ao estudo do tema e que poderão ser consultados neste momento ou em outros e que serão citados nas referências. Dentre eles podemos citar: Ludke e André (1986), Rudio (1986), Szymanski et al (2004), Michaliszyn e Tomasini (2005).

Segundo Ludke e André (1986, p.25), a observação para ser um instrumento válido e fidedigno de investigação científica precisa ser

controlada e sistemática. Quer dizer que necessita de um planejamento detalhado do que vai ser observado e de uma profunda e rigorosa preparação do observador, tanto no aspecto físico, material, intelectual, psicológico e material. O observador precisa saber fazer registros descritivos, separar aspectos significantes dos triviais, fazer anotações organizadas ou organizá-las posteriormente, usar métodos para validar suas observações, preparar-se mentalmente para o trabalho desenvolvendo a sua concentração.

Planejar a observação implica em determinar antecipadamente o que e como observar. Consiste na delimitação do objeto de estudo, situá-lo no espaço e no tempo, assim como definir o grau de participação do observador e a duração das observações.

Assim como a observação, a entrevista é um dos instrumentos muito utilizados na coleta de dados na pesquisa em ciências sociais. É um instrumento permeado pela interação, caracterizando-se pela influência entre o entrevistado e o entrevistador. O verdadeiro objetivo da entrevista é verificar o que o entrevistado sabe sobre o assunto, razão pela qual é convidado a expor as informações sobre o tema proposto com base no seu conhecimento. A vantagem da entrevista é que ela possibilita que as informações sejam percebidas e captadas imediatamente. É extremamente útil para a investigação com pessoas de pouca instrução formal, quando um questionário escrito seria mais difícil.

No questionário é o próprio entrevistado que preenche o instrumento de investigação. Os dados são coletados por intermédio de uma série organizada de questões escritas e que o pesquisado vai respondendo.

Já a análise documental, segundo Caulley (1981), citado por Ludke e André, procura informações sobre os fatos nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. São apresentadas como vantagens deste tipo de pesquisa o fato de que os documentos se constituem numa fonte estável e rica. Os documentos podem ser consultados várias vezes e podem servir de base a diferentes estudos. Em geral, é um tipo de pesquisa que tem um custo baixo, requerendo do pesquisador apenas disponibilidade de tempo.

Para refletir:

Como dito, a ciência surge para satisfazer uma curiosidade ou necessidade. Considerando que você já atua como docente, qual a curiosidade ou necessidade que você tem na área educacional e, mais precisamente, no que se refere ao processo de aprendizagem dos seus alunos? Reflita e faça uma listagem dos temas que você gostaria que fossem objeto de estudo, no sentido de satisfazer a sua curiosidade ou necessidade.



Capítulo 4

Elementos para a construção do projeto de pesquisa

Na quarta unidade trataremos da elaboração de uma proposta preliminar de pesquisa. Considerando que ainda estão cursando o primeiro ano, a exigência será mais em termos da compreensão dos passos e momentos da elaboração do projeto do que propriamente do seu conteúdo, sem no entanto desconsiderá-lo.

Como já mencionado na primeira unidade, a ciência se constitui em um processo de investigação, visando produzir conhecimentos sistematizados. Para que se atinja esses objetivos é necessário que se planeje o processo de investigação. Planejamento em pesquisa é tão necessário como em qualquer outra atividade. Uma casa, para ser bem construída e para que atenda às necessidades dos seus moradores, necessita ser planejada com antecedência, isto é, precisa ser pensada e desenhada a priori. De acordo com Koche (p. 121), “planejar significa, aqui, traçar o curso de ação que deve ser seguido no processo de investigação científica. Planejar subentende prever as possíveis alternativas existentes para se

executar algo.” Portanto, “fazer um projeto de pesquisa é traçar um caminho eficaz que conduza ao fim que se pretende atingir, livrando o pesquisador do perigo de se perder, antes de o ter alcançado.” RUDIO (1986, p.45). Quer dizer, é preciso traçar o caminho para que as nossas finalidades sejam alcançadas. Objetiva organizar as ações de tal maneira que as surpresas que em pesquisa são caracterizadas como desagradáveis sejam evitadas.

Toda pesquisa, antes de ser realizada, precisa ser planejada para que o pesquisador possa ter clareza do seu objeto de estudo, do caminho que vai escolher para coletar os dados, isto é, a metodologia que será adotada, quem ou o que será pesquisado, isto é, quem será o sujeito da pesquisa, onde será feita a pesquisa, os recursos que deverão ser disponibilizados, como os dados coletados serão analisados, qual o enfoque filosófico que será adotado, onde os dados serão divulgados. Com a definição destes e de outros elementos, o pesquisador poderá ter certeza de que a sua pesquisa será bem sucedida, assim como o construtor que executa uma planta de casa bem feita. Portanto, planejar não é perder tempo, como muitos principiantes podem pensar, a experiência mostra que iniciar uma pesquisa sem projeto é lançar-se no imprevisto, tornando o trabalho confuso, na maioria das vezes os esforços são duplicados inutilmente, levando ao desperdício de tempo e de recursos, e sem obter dados satisfatórios.

Cabe ressaltar que as pesquisas que são encomendadas e também financiadas por organizações nacionais e internacionais exigem detalhado projeto, com aprovação do mesmo para a liberação de recursos, pois os responsáveis por estes organismos sabem que a previsão do que vai se fazer é imprescindível para que se alcance os resultados esperados.

Uma das maiores dificuldades com que se defronta quem se dispõe a discorrer sobre o processo envolvido no planejamento de pesquisa é a inevitável peculiaridade de cada projeto. Essa peculiaridade é decorrente da necessidade de que cada projeto deve ser ajustado ao problema formulado e de respeitar as condições sob as quais a pesquisa

será realizada. Ao se tomar uma decisão, abre-se uma série de possibilidades alternativas para outras decisões a tomar e o pesquisador deve estar preparado para, ao mesmo tempo, perceber a necessidade de alterações, quer seja pela lógica do planejamento ou pelos resultados que começa a obter, e manter o equilíbrio metodológico. Se o pesquisador não tiver este conhecimento e percepção, corre o risco de terminar com muitas informações que nem sempre são tão consistentes como deveriam ser e que muitas vezes não contribuem com o enriquecimento do trabalho. Parafraseando Marques (2000, p. 114), a pesquisa se reconstrói continuamente, harmonizando seus distintos momentos.

Estas situações que o pesquisador vivencia tornam difícil e quase impraticável normatizar a pesquisa. No entanto, o pesquisador não pode desconsiderar que para a construção do projeto de pesquisa, assim como para seu desenvolvimento, existem passos, caminhos a serem trilhados e recursos que podem auxiliar na reflexão, que preside o planejamento de pesquisa. Por razões didáticas, estes elementos serão apresentados um a um, para estudo e discussão, nesta quarta unidade que trata da construção do projeto de pesquisa.

A respeito do tema que estamos discorrendo, vários são os autores que o tratam. Dentre eles podemos citar Rudio (1986), Minayo et al, (1994), Demo, Koche (1994), Luna (1996), Becker et al (1997), dentre outros. Salvo algumas nuances, todos apresentam o tema na mesma direção, pois o projeto de pesquisa como uma tomada de decisão apresenta passos que precisam ser contemplados.

Um projeto de pesquisa serve essencialmente para o pesquisador poder definir o que fazer ou o que pesquisar, envolve a definição do problema, hipóteses e base teórica e conceitual, a justificativa da escolha do problema; para que e para quem fazer, envolve os propósitos do estudo, seus objetivos; onde fazer, como pesquisar, envolve a metodologia; com que, quanto e quando fazer, envolve o cronograma; com quanto fazer, como pagar, quem vai pagar diz respeito ao cronograma. Considerando a importância do projeto de pesquisa para o

sucesso da mesma e, portanto, a necessidade que ele seja elaborado de forma clara e objetiva, passamos a explicitar cada um dos itens acima colocados.

Definição do tema

Faz parte deste processo a identificação do tema. Diz respeito à área de interesse a ser investigada. Este explicita qual a pesquisa pretendida, esclarecendo o assunto a abordar. Deverá evidenciar qual a pesquisa pretendida, esclarecendo o assunto que será abordado. De acordo com Marques (2000, p. 92), “ é condição para a pesquisa uma dúvida precisa e bem determinada, o centramento em um delimitado tema (...) estabelecer um tema é assim demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer e entender o nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e conseqüente.”

O autor acima citado destaca que o tema não pode ser imposição alheia, deve ser uma paixão, um desejo trabalhado e construído pelo próprio pesquisador. É inegável que surge de conhecimentos anteriores e que tem ligações com a nossa vida. Deve apresentar em linhas o tema escolhido e ser redigido com objetividade. É mais extenso que o título e seu objetivo é esclarecer a intenção do estudo, apresentando-se como um resumo antecipado da monografia. Ao se redigir o título pode-se lançar mão de artifícios como a estética literária, metáforas, para causar impacto e curiosidade no leitor. O título é uma das últimas tarefas a ser realizada, tanto quando se está elaborando o projeto, como na construção da monografia ou na produção de qualquer texto acadêmico, pois durante o processo de elaboração do trabalho muitas ideias podem emergir e assim possibilitar títulos mais adequados/coerentes com o texto produzido. Podemos exemplificar que quando alguém diz que deseja estudar a questão da “violência na escola” ou a “prostituição masculina”, está se referindo ao assunto. Ao se formular perguntas ao tema e ao assunto está se construindo a problematização.

O problema

O problema é fundamental no processo de pesquisa e diz respeito ao: o que fazer. As decisões a serem tomadas pelo pesquisador dependerão da formulação do problema e serão tanto mais adequadas quanto maior for a clareza em relação a ele. A definição do problema não é tarefa fácil, assim como definir o tema e o assunto.

Segundo Diez e Horn (2004, p.44), “problematizar é especificar um ponto para ser resolvido, aquilo que significa contenda, desavença, discussão ou conflito em relação à temática escolhida, portanto é um enunciado que interroga sobre como chegar a uma boa conclusão.” Complementam, ainda, que a problematização é antônimo da solução e se propõe a descrever o aspecto negativo mostrado pela realidade e, para modificá-lo, busca-se o respaldo acadêmico por meio de um aprofundamento teórico. Deve ser formulado como pergunta. No exemplo sobre violência nas escolas teríamos perguntas como: qual a representação sobre agressões físicas pelos alunos do sexo masculino? Ou ainda poderíamos perguntar: quais os fatores que levam os alunos a agredirem colegas e/ou professores? Deve ser formulado de forma que possa ser investigado.

Segundo Minayo (1994), citando Rudio (1986), a escolha de um problema merece que o pesquisador faça indagações como:

- Trata-se de um problema original?
- O problema é relevante?
- Ainda que seja “interessante”, é adequado para mim?
- Tenho hoje possibilidades reais de executar tal estudo?
- Existem recursos financeiros para a investigação deste tema?
- Terei tempo suficiente para pesquisar tal questão?

Convém lembrar que o pesquisador deve refletir sobre as suas possibilidades pessoais ao fazer a opção por um determinado tema. Está

ao meu alcance? Disponho de condições materiais e financeiras para realizar o trabalho? Além, é claro, daquela de conhecimento específico do assunto. Parece contraditório, mas o pesquisador só terá sucesso em seu trabalho se ele tiver conhecimento teórico do tema que irá pesquisar.

A base teórica e conceitual

A base teórica e conceitual é que dará sustentação à pesquisa, por isso deve ser muito bem escolhida. “É imprescindível a definição clara dos pressupostos teóricos, das categorias e conceitos a serem utilizados”. (MINAYO, 1994, p.40). É um trabalho realizado com base no que os autores, estudiosos do assunto dizem sobre o mesmo. Neste momento, o pesquisador evidencia o conhecimento que possui sobre o que está disponível na literatura e que servirá para respaldar o seu trabalho. Contudo, deve tomar cuidado para não reescrever a obra dos autores de forma resumida. O pesquisador deve ser “sintético e objetivo, estabelecendo, primordialmente, um diálogo entre a teoria e o problema a ser investigado”(p.40). Neste momento, o pesquisador não expõe as suas ideias, são apresentadas as ideias dos autores considerados autoridades sobre o assunto, as convergências e divergências dessas visões.

Formulação de hipóteses

A questão da formulação de hipóteses tem sido objeto de controvérsia entre os pesquisadores voltados para a pesquisa social. É vista por muitos como um comportamento igual da pesquisa positivista, onde as conclusões de uma pesquisa deveriam resultar de “respostas objetivas” construídas ao longo da investigação, pois as hipóteses nada mais são que afirmações provisórias a respeito de determinado assunto e que no decorrer ou no final da pesquisa podem ser confirmadas ou descartadas. Minayo (1994) procura relativizar estes parâmetros objetivistas e procura encarar a formulação de hipóteses como uma

possibilidade de levantar indagações a serem verificadas na investigação. Considera que este item pode ser substituído ou visto como uma formulação de pressupostos ou questões. Enfim, coloca como um diálogo que se estabelece entre o olhar do pesquisador e a realidade a ser investigada. Um estudo pode articular uma ou mais hipóteses, que são elaboradas a partir de diversas fontes como observação, resultado de outras pesquisas, teorias ou até mesmo a percepção que o pesquisador tem sobre o tema.

Segundo Minayo (1994), a hipótese possui características para ser considerada aplicável:

1. Deve ter conceitos claros. Por exemplo, a hipótese de que a “violência na escola” se manifesta em alunos provenientes de famílias desestruturadas”. Este conceito deixa ambiguidade. Desestruturada se refere a que realidade? Psicológica, econômica ou cultural?
2. Deve ser específica. Muitas hipóteses, apesar de claras, são expressas em termos muito amplos. Retomando o exemplo, ao formular a hipótese que “os alunos que agredem seus colegas, em sua maioria, são de famílias de baixo nível social,” refere-se a uma definição muito ampla. Deve especificar, em termos mais concretos, o conceito de “baixo nível social”, deixando claro se refere-se à remuneração, à ocupação, ao nível de escolarização.
3. Hipótese não deve se basear em valores morais. Adjetivos duvidosos como bom, ruim, mau, prejudicial, e tantos outros, não devem ser apresentados. O que é bom ou ruim para um não o é para outro.
4. Toda hipótese deve ter como base uma teoria que a sustente.

Justificativa

Diz respeito às razões por que tal pesquisa deve ser realizada. De acordo com Diez e Horn (1994, p. 46), “a justificativa é constituída pela

argumentação sobre a relevância do estudo.” Na justificativa retomam-se a problematização e o objetivo geral, evidenciando a importância da abordagem para encontrar o norte, pensado como solução da questão identificada. Questões que podem ser levantadas: quais motivos as justificam? Que contribuição para a compreensão, intervenção ou solução para o problema trará a realização de tal pesquisa?

Para Minayo (1994), em pesquisa a maneira de justificar que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.

Objetivos

Expressam as metas que se quer alcançar ao término da investigação, são considerados o norte do conhecimento que se deseja. Por isso, é fundamental que os objetivos formulados sejam passíveis de serem atingidos. De modo geral, se elabora um objetivo geral, amplo, articulando-o a outros objetivos mais específicos.

Para a formulação dos objetivos, sugere-se a utilização dos verbos no infinitivo. São adequados os verbos pesquisar, estudar, investigar, indagar, questionar, esclarecer, explicitar. Exemplo: analisar os fatores que desencadeiam ou predis põem a agressão de alunos contra seus colegas na escola ou identificar as opiniões das crianças que já foram vítimas de violência nas escolas.

Metodologia

A metodologia tem como finalidade facilitar o cumprimento dos objetivos. É uma parte complexa e requer muito cuidado do pesquisador. Requer uma descrição minuciosa dos caminhos escolhidos para o estudo e sua sistematização. Portanto, contempla a fase de exploração de campo, que envolve a escolha do espaço de pesquisa, escolha do grupo de

pesquisa, estabelecimento de critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo, como a definição de instrumentos e procedimentos para a análise dos dados.

Principais elementos da metodologia

Definição da amostragem - a pesquisa qualitativa não se baseia em critério numérico para garantir a sua representatividade. Neste item, uma pergunta importante é verificar quais os sujeitos sociais que têm uma vinculação mais direta e significativa com o problema a ser pesquisado. Segundo Mianayo (1994), a boa amostragem é a que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Coleta de dados. Devem ser definidas as técnicas que serão utilizadas para a coleta de dados, tanto para a pesquisa de campo, que são as entrevistas, observações, formulários, questionários, conversa informal, história de vida. Para a pesquisa documental, consulta a anuários, censos, atas e outros. É necessário que fiquem bem claros no projeto os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados.

Organização e análise dos dados. A forma como os dados serão organizados e analisados deve ser descrita com clareza. Entre estas formas estão as análises de conteúdo, de discurso, análise dialética ou fenomenológica, dentre outras, são procedimentos que podem ser escolhidos para a análise e interpretação dos dados. Convém lembrar que cada modalidade possui os seus fundamentos e, portanto, a escolhida deve ser bem compreendida para que os dados sejam devidamente organizados.

Cronograma

No projeto deve aparecer, em forma de texto ou de tabela, o tempo necessário para a realização de cada uma das etapas previstas na proposta. Muitas podem ocorrer simultaneamente, pois ao mesmo tempo que se está fazendo a revisão bibliográfica também estão sendo feitos os contatos com

o campo de pesquisa, ou estão sendo selecionados e construídos os instrumentos de coleta de dados. A forma mais usual é a do gráfico, no qual são cruzados o tempo (mês 1, mês 2,), e as etapas da pesquisa, como: revisão bibliográfica, contato com o campo de pesquisa, montagem de instrumentos de coleta, pré-testagem dos instrumentos, aplicação dos instrumentos, fase de análise, de elaboração do relatório final.

Assim, o cronograma se constitui em uma previsão do agendamento das tarefas, que permitirão alcançar os objetivos propostos, desde a escolha do tema até a redação final.

Exemplo de um cronograma (cópia da página 47 de Diez e Horn)

Período	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Atividade									
Definição do Tema	X								
Revisão de Literatura	X	X	X						
Elaboração do Projeto	X	X	X						
Contato com o Campo de Pesquisa			X	X					
Elaboração dos Instrumentos de Coleta de Dados			X	X					
Análise Documental			X	X					
Coleta de Dados				X	X	X			
Análise de Dados						X	X	X	
Elaboração de Monografia							X	X	X

Custos ou orçamento

A descrição dos custos ou orçamento aparecerá somente nos projetos que necessitam de financiamento para a sua realização. Quando existem os gastos, eles são de duas naturezas: com pessoal e com material permanente como máquinas, móveis e material de consumo como papel, toner, pastas, fitas para gravação etc.. Se o projeto tiver financiamento de agências de fomento, é interessante saber o que cada agência financia. Normalmente cada agência financiadora tem um formulário próprio.

Referências

Refere-se à listagem de todos os autores que foram incluídos no texto. Os autores consultados, mas não referenciados, não são incluídos nesta listagem. Neste item devem ser observadas as normas para fazer as referências. Existe uma grande variedade de normas para a citação bibliográfica, como as da ABNT. No Departamento de Pedagogia da Unicentro, Campus de Irati, o assunto foi amplamente discutido e foram adotadas as “Normas para apresentação de documentos científicos,” organizadas pela Universidade Federal do Paraná. Consta de uma coletânea de nove volumes. O número três trata das citações e notas de rodapé e o quatro das referências. É necessário estar de posse deste material no momento da elaboração do projeto de pesquisa, como de demais documentos científicos, pois sempre precisamos consultar como fazer referências num trabalho, pois as situações que envolvem as referências são muitas como, por exemplo, como se faz uma citação curta, longa, com um autor, com vários autores, quando é retirada de livro, de periódico, de jornal, de internet, como se faz uma paráfrase, uma nota de rodapé.

Nos trabalhos científicos são muito utilizadas as citações literais e paráfrases. Existe diferença entre uma e outra. Na citação literal são utilizadas as aspas, que indicam a reprodução fiel do texto consultado. É uma forma mais rigorosa, pois não possibilita apropriação indevida da

ideia do autor. Na paráfrase em que é anunciada uma ideia ou fato, coloca-se entre parênteses o autor e o ano da publicação. Da citação de um livro deverão constar nome e sobrenome do autor, título e subtítulo do livro, sendo o título em grifo, número da edição, se houver mais de uma, cidade da edição, editora, data da edição, número de volumes.

Caso seja o fato da citação de um artigo de revista, então deverá constar nome e sobrenome do autor, título do artigo, título do periódico, local de publicação, número do volume, número do fascículo, número da página inicial-final do artigo, ano /data.

Apenas a título de exemplo, serão colocadas algumas situações de como se fazem as referências.

Para citação de um livro:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.

Para citação de artigo de periódico:

ALMEIDA, C.; MONTEIRO M. Descrição de duas novas espécies. (Homoptera). *Revista Brasileira de Zoologia*. Curitiba, v.9, n1/2, p.55-2, mar/jun. 1992.

Poderíamos utilizar muitas páginas com exemplos de referências. Como as situações são muitas e torna-se muito extenso, reforça-se a necessidade de todos adquirirem a coletânea, elaborada pela UFPR, para poderem consultá-la no momento, tanto de se fazer as citações ao longo do texto, como organizar as referências no final do projeto de pesquisa, como no trabalho monográfico e demais trabalhos acadêmicos e, posteriormente, como profissionais da área de educação atuando na docência ou na gestão escolar, quando estarão realizando seus projetos de pesquisa e os relatórios, pois a atividade de pesquisa não se esgota com a conclusão do curso, pelo contrário, é o início, pois no decorrer do curso só se trabalhou a iniciação científica e esta se consolidará ao longo da vida profissional, com o conhecimento que será produzido a partir dos dados coletados por meio das pesquisas que serão realizadas.

O pesquisador necessita ter clareza sobre estes elementos, mas referindo-se a Marques (2000, p. 115), “o pesquisador necessita de sua própria bússola e de saber o que procura. Não do saber as respostas, mas do saber perguntar ao que lhe vier pela frente, na perspectiva do tema-centro de seu desejo de mais e melhor saber e sob o contínuo acicate e a inspiração da hipótese-guia de seus passos.”

Embora os elementos aí elencados tenham sido apresentados na ordem que devem aparecer, em seguida será apresentado e comentado um pouco sobre como os elementos devem estar dispostos no projeto.

Forma de apresentação de um projeto de pesquisa

A forma de apresentação pode variar um pouco, embora todos apresentem o mesmo conteúdo. Na organização deve ser levado em conta a condição e conhecimento do pesquisador ou atender aos padrões que os institutos financiadores adotam. Apresentaremos a estrutura de um projeto técnico-científico, elaborado pela UFPR, e que consta do volume nº 1. Para maiores detalhes, consultar este volume.

Elementos Externos	Capa		Opcional
	Lombada		Opcional
Elementos Internos	Pré-Textuais	Folha de Rosto	Obrigatório
		Curriculum Vitae	Quando necessário
		Lista de Ilustrações	Opcional
		Lista de Tabelas	Opcional
		Lista de Abreviaturas e Siglas	Opcional
		Lista de Símbolos	Opcional
		Sumário	Obrigatório
	Textuais	Introdução	Tema
			Problema
			Hipótese
			Objetivos
			Justificativa
		Desenvolvimento	Referencial Teórico
			Metodologia
Recursos			
Cronograma			

Elementos Internos	Pós-Textuais	Referências	Obrigatório
		Glossário	Opcional
		Apêndice	Opcional
		Anexo	Opcional
		Índice	Opcional
Elementos de Apoio	Citações		
	Notas de Rodapé		
	Ilustrações e/ou Figuras		
	Quadros		
	Tabelas		
	Equações e Fórmulas		
	Siglas		
	Abreviaturas		
	Símbolos		

Figura 1 da p. 14 do caderno 1

Considerando que você já conhece os elementos de um projeto de pesquisa, procure elaborar um.



Capítulo 5

Referências

BRASIL. Ministério de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Introdução à metodologia da ciência*. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1985.

DIEZ, C. L. F. e HORN, G. B. *Orientações para elaboração de projetos e monografias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DUROZOI, G. e ROUSSEL, A. *Dicionário de filosofia*. 2ª ed., Campinas: Papirus, 1996.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 2ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1982.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

- LUCKESI, C. C. et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 2ª ed., São Paulo, Cortez, 1985.
- LUDKE, M. e ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- LUNA, S. V. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.
- MARQUES, M. O. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 3ª ed., Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2000.
- MICHALISZYN, M. S. e TOMASINI, R. *Pesquisa*. Orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- MINAYO, M. C. et al. *Pesquisa social*. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- REIS FILHO, Casemiro dos. Reforma universitária e ciclo básico: modelo viável in GARCIA, Walter. *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.
- RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SEVERINO, A. J. *Como ler um texto de filosofia*. São Paulo: Paulus, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Curitiba. Ed. UFPR, 2007.